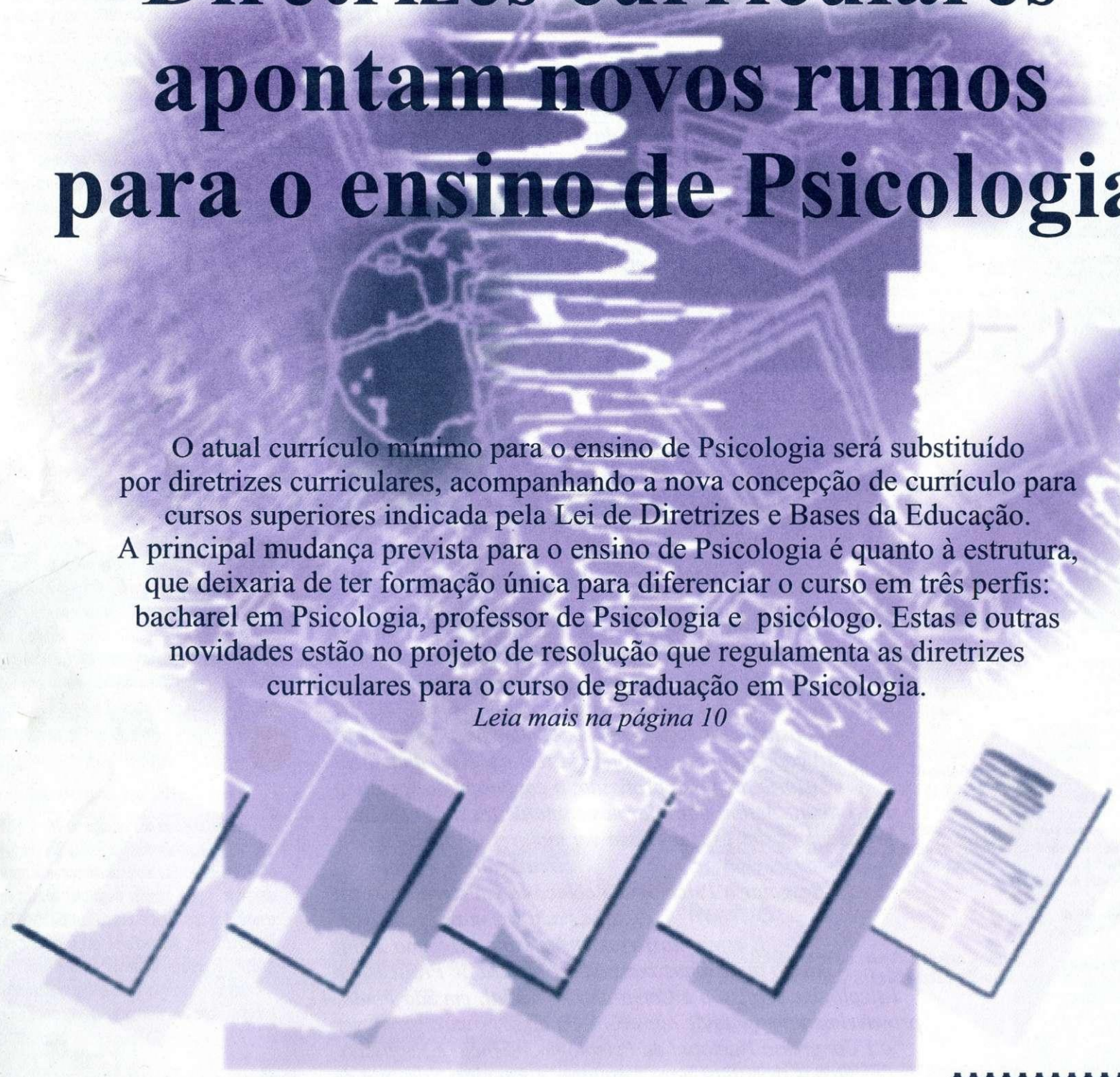
Jornal do
FEDERAL
Informativo do Conselho Federal de Psicologia Ano XIV N°61 1999

Impresso

Diretrizes curriculares apontam novos rumos para o ensino de Psicologia



O atual currículo mínimo para o ensino de Psicologia será substituído por diretrizes curriculares, acompanhando a nova concepção de currículo para cursos superiores indicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A principal mudança prevista para o ensino de Psicologia é quanto à estrutura, que deixaria de ter formação única para diferenciar o curso em três perfis: bacharel em Psicologia, professor de Psicologia e psicólogo. Estas e outras novidades estão no projeto de resolução que regulamenta as diretrizes curriculares para o curso de graduação em Psicologia.

Leia mais na página 10

3 *Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito repercute no país*
8 *Autarquia quer mais participação para debater especialidades*
9 *Conselho faz retrospectiva dos eventos promovidos em 1999*
14 *CFP lança campanha para mostrar importância da anuidade*

Fique LEGAL
Fique em dia com a PSICOLOGIA

Jornal do FEDERAL

Opinião

Construir o futuro da Psicologia: uma meta necessária

Ana Bock*

O Conselho Federal de Psicologia tem realizado vários projetos de resgate da história da Psicologia no Brasil, como ciência e profissão. O projeto Memória da Psicologia Brasileira já possui dois vídeos prontos, um sobre Eliezer Schneider e outro sobre Franco Seminério. Estão sendo produzidos outros tantos vídeos sobre Mathilde Neder, Carolina Bori, Antonio Penna, Paulo Rosas, Mira Y Lopes, Ulisses Pernambucano e outros pioneiros da Psicologia brasileira. O Index Psi é outro projeto que pode ser considerado de "resgate" da Psicologia, já que organiza e disponibiliza na Internet as publicações científicas da Psicologia nos últimos 20 anos. A coleção "Pioneiros da Psicologia" e a coleção "Clássicos da Psicologia" expressam também a política de promover a memória histórica da Psicologia que o CFP tem definido.

Vários Conselhos Regionais também já aderiram a esta política e têm feito seus "resgates".

Para que resgatar?

Para preparar o FUTURO!

Essa é a tarefa que devemos nos colocar.

A Psicologia precisa ser construída e somos nós, psicólogos, professores, pesquisadores e estudantes, que fazemos isto.

A tarefa de construir o futuro exige um projeto coletivo e dois pontos se tornam importantes: primeiro, somos mais de 100 mil psicólogos e queremos que todos participem desta construção; segundo, o projeto já tem um eixo, dado pela história de nossa profissão: o compromisso social da Psicologia. Assim, para darmos conta destes dois aspectos, precisamos criar espaços cada vez maiores de articulação e circulação da Psicologia.

Resgatar a Psicologia e colocá-la em circulação em espaços cada vez mais inclusivos.

É este o nosso compromisso para o ano 2000.

Para o ano vamos realizar a I Mostra de Práticas em Psicologia: Profissão e Compromisso Social, em São Paulo, provavelmente no mês de agosto. Além disso, vamos promover o I Congresso Nacional de Psicologia, Ciência e Profissão. Vamos trabalhar para fortalecer a Reunião Nacional de Entidades Brasileiras de Psicologia e a Articulação das Entidades de Psicologia da América Latina.

O resgate do passado nos possibilita, hoje, esta clareza: é tarefa nossa construir o futuro da Psicologia, fazendo dela um saber e um fazer colados à realidade brasileira; uma ciência e uma profissão que têm como princípio norteador o compromisso com a sociedade que as acolhe.

Tarefa ambiciosa, não há dúvida.

Mas uma tarefa necessária para o novo século.

Presidente
Ana Mercês Bahia Bock

Vice Presidente
Marcos Ribeiro Ferreira

Expediente

Secretária Geral
Iana Celi Silva Bezerra

Tesoureiro
José Carlos Tourinho e Silva

Secretário da Comunicação
Sérgio Antônio da Silva Leite

Secretária de Orientação e Ética
Carmem Rodrigues Paulino

Secretário da Região Norte
João Bosco de Assis Rocha

Secretária da Região Nordeste
Laeuza Lúcia da Silva Farias

Secretária da Região Centro Oeste
Maria de Lourdes Jeffery Contini

Secretário da Região Sudeste
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Secretária da Região Sul
Ana Luiza de Souza Castro

Suplentes
Adelaide Borges Oliveira
Álvaro Luiz de Aguiar
Ana Maria Jacó-Vilela
Ernesto José dos Santos
Julieta Arsênio
Marcos Vieira Silva
Marcus Vinicius de Oliveira Silva
Maria Marques Rodrigues Sátiro
Marta Elizabeth de Souza
Rosa Maria Benedetti Albanezi

Coordenador editorial
Sérgio Antônio da Silva Leite

Jornalista responsável
Janete Saud
Reg.Prof. 98520-RJ
Profissionais do Texto Ltda
Editores
Janete Saud
Sergio Cross
Repórteres
Márcio Vieira
Eduardo Wendhausen

Projeto Gráfico, diagramação
Sandra Cardoso Lopes

SRTVN Edifício Brasília
Rádio Center s/4024
CEP 70719 900
Fones: 061 328 1814 061 328 1946
Fax: 061 328 1728
E-mail:federal@rudah.com.br
home-page:
http://www.psicologia-online.org.br

Cartas

"Há praticamente três anos tenho um programa sobre saúde e comportamento *'Vida em Debate'* na TV Galega, uma emissora a cabo na cidade de Blumenau (SC). É um espaço para psicólogos e outros profissionais informarem e debaterem sobre nosso conhecimento junto à comunidade. O programa vai ao ar todas as quintas-feiras, às 21h30min, sempre ao vivo. Outras informações sobre o programa podem ser obtidas pela Internet (www.tvgalega.com.br). Coloco-me à disposição para contribuir com a construção desta ciência e profissão." Antônio Gomes da Rosa, CRP12/01118. Endereço eletrônico: aovivo@tvgalega.com.br

"Para nós é de suma importância estar em contato com o CFP, não só recebendo, mas também passando informações que possam acrescentar algo à profissão. Somos uma empresa de consultoria em recursos humanos e desenvolvemos atividades que envolvem as áreas comercial, tributária e trabalhista e utilizamos muito a psicologia, principalmente os laudos, como instrumento de decisão gerencial." Luiz Carlos Cremonezi, diretor do CAP, inscrito no CRP-06 sob o número 0746, e-mail: cap.net@originet.com.br

"Visitei o site do Conselho Federal de Psicologia, o Psicologia Online, e gostei bastante. Sou repórter da revista Superinteressante e faço parte da equipe que elabora a edição Emoção e Inteligência! (Para se conhecer melhor), dedicada a assuntos de comportamento. Buscamos trazer reportagens pertinentes e atuais sobre esses temas, ancoradas em pesquisas realizadas nas universidades brasileiras e estrangeiras também. Gostaríamos de contar com a colaboração de vocês a fim de conhecermos os trabalhos mais recentes que os profissionais ligados ao CFP têm produzido. Certamente, muitos deles podem inspirar matérias de interesse dos leitores em geral. Além, é claro, de termos a segurança de encontrar ótimas fontes em todo o país. Agradeço desde já a atenção e aguardo contatos." Maria Fernanda Vomero, repórter da revista Superinteressante, tel. (0xx11) 3037 5196.

"O Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (MT/MS) vem elogiar e parabenizar as publicações do Jornal do CFP nº60, em especial as matérias referentes às questões éticas, que servirão para subsidiar freqüentes dúvidas da categoria, conselheiros das COFs e COEs (Comissões de Orientação e Fiscalização e de Orientação e Ética), bem como as assessorias jurídicas, e também ao artigo sobre Mercado & Profissão, referente a Cooperativas como alternativas para o mercado de trabalho". João Vitor Guimarães, presidente CRP-14.

"Recebi o Jornal do Federal no. 60 e aproveito para desejar a todos os colegas de profissão muitas felicidades, boas festas e que a luta desse ano não tenha sido em vão; que traga a cada um de nós perspectivas de "ser humano" com dignidade em 2.000". Maria da Graças de Lourdes Andrade, CRP09/1758-4.

Escreva para esta coluna, enviando sua carta para o endereço:
SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024 A Brasília DF
CEP 70719 900 E-mail:federal@rudah.com.br

Os artigos assinados não são de responsabilidade do CFP

I Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito do CFP tem repercussão nacional

Pela primeira vez os psicólogos do trânsito tiveram um espaço democrático para discutir propostas relacionadas ao setor

Realizado nos dias 12 e 13 de novembro em Brasília, o *I Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito* reuniu 48 delegados eleitos nos Fóruns Regionais e do Conselho Federal de Psicologia. Entre os dias 24 de setembro e 20 de outubro, os Conselhos Regionais de Psicologia realizaram Fóruns Regionais de Psicologia do Trânsito, em seus respectivos estados, para elaborar as propostas que foram discutidas no evento, que teve ampla cobertura da imprensa nacional.

"Foi um espaço democrático, onde todos puderam apresentar várias propostas, recomendações e sugestões para a Psicologia do trânsito", avalia o coordenador do Fórum e conselheiro do CFP, psicanalista Ricardo Moretzsohn, lembrando que o encontro não tem caráter deliberativo. "Foram apresentadas somente propostas", frisa.

Segundo Moretzsohn, pela primeira vez os psicólogos do trânsito mostraram discursos articulados para o mesmo evento. Para ele, foram apresentadas no encontro propostas interessantes com o objetivo de qualificar o setor. No entanto, de acordo com o psic algumas delas foram corporativistas.

o trânsito. "Depois do Fórum nossa responsabilidade aumentou", complementa.

Além de recomendações oficiais aprovadas no evento e que já foram protocoladas no Conselho Federal de Psicologia, a autarquia está constituindo um grupo de trabalho formado por especialistas do trânsito, psicólogos e pesquisadores para assessorá-los sobre quaisquer assuntos, seja político ou técnico, relativos ao trânsito. O objetivo é acabar com intermediários quando os integrantes do CFP tiverem que tratar sobre o tema com os psicólogos de trânsito.

Entre as sugestões enviadas ao Conselho pelos integrantes do Fórum estão a implantação de redes de atendimentos e acompanhamento gerida por fundos ou instituições públicas, com o objetivo de tratar os casos considerados circunstancialmente inaptos, isto é, quando for possível a reabilitação e posterior habilitação do motorista e também estimular a criação de escolas públicas de formação de condutores de qualidade, que ofereça serviços educacionais em trânsito à população sócio-economicamente desfavorecida.

A qualidade e a segurança dos serviços oferecidos estiveram presentes nas discussões. Por isso, o CFP recebeu sugestões para estimular a divulgação dos serviços de atendimentos psicoterapêuticos públicos e privados para candidatos a motoristas inaptos e o encaminhamento desses a um tratamento psicoterapêutico.

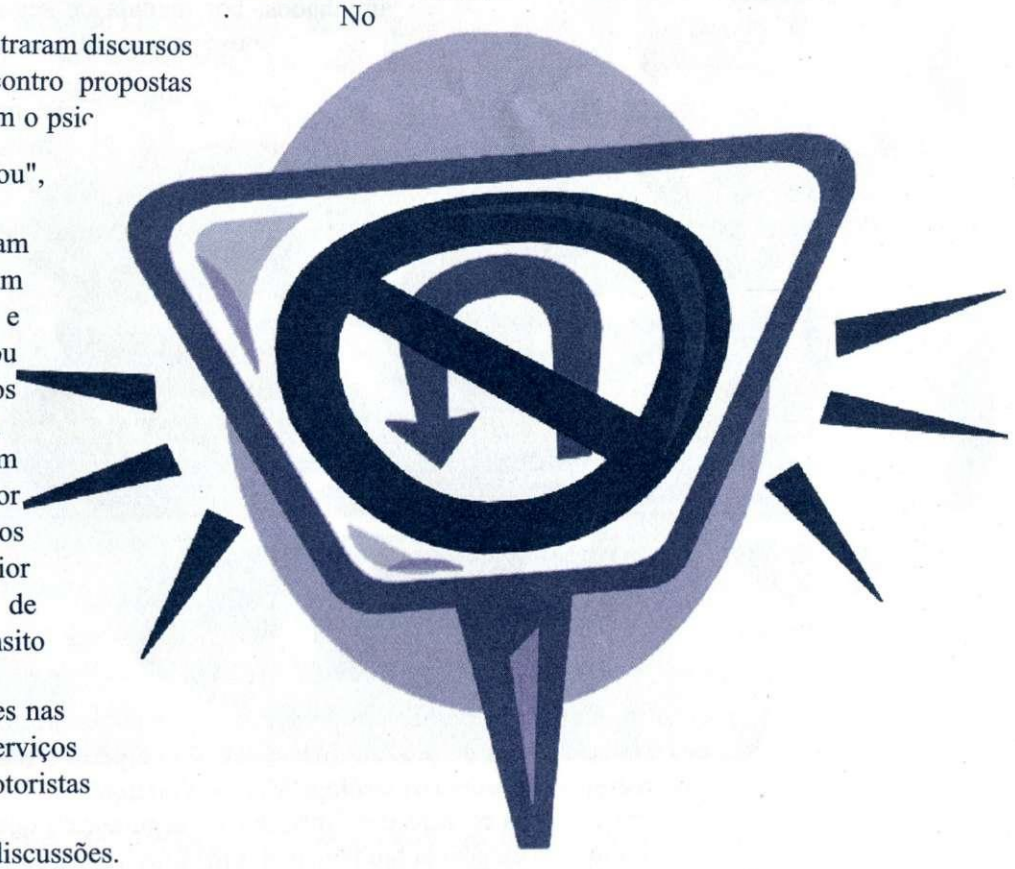
Os direitos e deveres do cidadão também tiveram espaço na pauta de discussões. Nas recomendações oficiais enviadas ao CFP foram sugeridas a divulgação do trabalho do psicólogo de trânsito, informações sobre os direitos e deveres do consumidor quanto ao serviço desses profissionais prestados à comunidade e a elaboração de uma cartilha direcionada ao consumidor dos serviços prestados na área de saúde com apoio do Procon.

Realizar fiscalizações semestrais com o objetivo de melhorar a qualidade da prestação de serviços, além de credenciar, recredenciar ou descredenciar, de acordo com a demanda de mercado, e unificar no país os critérios destas atividades estão entre as sugestões relativas às condições de prestação de serviços dos psicólogos do trânsito.

Eliminar o aliciamento de candidatos a motoristas por parte de delegados, Centros de Formação de Condutores, médicos, despachantes, políticos ou grupos privilegiados também foi uma das principais recomendações saídas do Fórum.

O conteúdo dos programas oferecidos nos cursos de capacitação de psicólogos foram ressaltados no encontro. Foram sugeridas a revisão desses programas e a transformação do curso de Capacitação de Psicólogos Responsáveis pela Avaliação Psicológica e como Psicólogo Perito Examinador em especialização *lato sensu* em psicologia do trânsito. De acordo com a recomendação, os atuais psicólogos que já fizeram o curso de capacitação poderão fazer a complementação da carga horária exigida para o título de especialista.

No



e internacionais com a presença de pesquisadores brasileiros e a edição de uma revista científica onde sejam contempladas a divulgação de pesquisas, artigos científicos, teses de doutorado, monografias e dissertações de mestrado.

Foi registrado, ainda, a sugestão de que os profissionais de Psicologia do trânsito e demais interessados reúnam-se uma vez por ano, o que pode ser feito junto à Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).

Cidadania

Manicômio judiciário: o desafio do CFP

O compromisso que o Conselho Federal de Psicologia tem com o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial vai além de divulgar os maus tratos e as condições subhumanas em que vivem os "loucos" nos hospitais psiquiátricos

Neste momento, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia volta seus olhos para os manicômios judiciários. Nessas instituições, a internação feita por determinação do juiz tem o formato de uma "medida de segurança" baseada na "periculosidade" estabelecida pelo laudo psiquiátrico e tem fixado um prazo para seu cumprimento. Só que, como alerta a Comissão de Direitos Humanos do CFP, quase sempre a negligência judiciária, justificada sob vários aspectos, concorre para que essas medidas de segurança não tenham a sua revisão executada nos prazos previstos, mantendo os internos submetidos a uma espécie de prisão perpétua.

"Os ´tratamentos´ se resumem a avaliações burocráticas", afirma o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP. A legislação é clara. Pessoas diagnosticadas como "loucos" por meio de laudo psiquiátrico e que cometem crimes ou infrações não podem ser condenados à pena de prisão ou reclusão. Devem receber suposto benefício de serem encaminhados, por medida de segurança, para internação em hospitais de custódia e tratamento, nome pomposo para os antigos manicômios judiciários.

As sabidas deficiências do sistema prisional agravam-se nos manicômios judiciários, sendo que a suposta função de tratamento é meramente evocada como meio de justificar essa cruel exclusão. As condições físicas, segundo avaliação da Comissão de Direitos Humanos do CFP, são de abandono e a ausência de recursos humanos "técnicos" é grave. As condições destes estabelecimentos conseguem fazer destas instituições a pior das prisões e o pior dos hospícios, com exclusão social e radical.

Segundo pesquisas de campo realizadas pela Comissão de Diretos Humanos, os manicômios judiciários têm se mostrado um espaço de violência e arbitrariedade. "Na prática, essas instituições não passam de prisões disfarçadas de hospital. Faltam médicos e enfermeiros e sobram carcereiros", observa o psicólogo Marcos Vinícius.

A ausência da revisão das "medidas de segurança", que é um direito dos internos, coloca-se como uma exigência fundamental. Em vários casos, constatados na prática, boa parte destes internos já haviam cumprido o período da "medida de segurança" e não foram alvo da revisão, às vezes por negligência judiciária, por falta de recursos técnicos, por pressões de famílias, prefeituras e delegados.

Contudo, no lugar de respeitar a lei, comete-se o caminho mais fácil da arbitrariedade. Na prática, o tratamento se converte em abandono da pessoa à sua própria sorte. Assim como nas penitenciárias onde há superlotação, fuga em massa e violência, nos manicômios judiciários impera o abandono dos "loucos", a exclusão social e o desrespeito à cidadania. Ao constatar que os manicômios judiciários são instituições que estão ocultas socialmente e, portanto, os usuários dos serviços psiquiátricos dessas instituições passam longe de um programa de reintegração à sociedade, as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia lançaram a campanha "Manicômio Judiciário: o pior do Hospício, o pior da Prisão, o pior da Violência e o pior da Exclusão". A meta principal é a revisão imediata das medidas de segurança, na verdade, um direito dos internos.

Os integrantes dos Conselhos não se limitam apenas às denúncias. Perguntas como o que a categoria tem feito para reverter este quadro nos manicômios judiciários, qual o comprometimento destes profissionais com a direção do tratamento do dito "louco infrator" e ainda como promovem em seu trabalho cotidiano os direitos humanos de seus pacientes têm sido feitas insistentemente pelos psicólogos. São respostas para essas perguntas que mostram a outra face da campanha. Um dos maiores desafios do movimento é convocar os trabalhadores de saúde mental a repensarem sua posição diante destes casos, construindo saídas, dentro do campo de sua competência, que possibilite um tratamento comprometido com os direitos humanos do portador de transtornos mentais que tenha cometido ato infracional.

"A campanha vem reafirmar uma vontade dos psicólogos de estarem ligados à luta pela melhoria da qualidade de vida e pelos direitos humanos dos cidadãos. Os manicômios expressam o descuido dos brasileiros com aqueles desprovidos de liberdade e acometidos de doença mental", afirma a psicóloga Ana Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia.

O sucesso da campanha para mudar o quadro de abandono dos manicômios judiciários passa necessariamente pela participação dos psicólogos que trabalham nessas instituições. Para ajudar o movimento, estes profissionais devem procurar as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais e também podem se informar pelo *site* do CFP em :

> "Na prática, essas instituições não passam de prisões disfarçadas de hospital . Faltam médicos e enfermeiros e sobram carcereiros"
>
> Marcos Vinícius.

www.psicologia-online.org.br

Entidades assinam manifesto contra abusos na Febem

O Conselhos Federal e Regional de Psicologia de São Paulo e um grupo de 19 entidades, entre elas o SinPsi-SP, deram início ao debate sobre as alternativas à estrutura da Febem. O grupo tem como objetivo principal buscar um modelo eficiente para substituir o atual sistema, que vem causando fugas, mortes e rebeliões em massa nas unidades da Febem.

O primeiro passo para alertar a sociedade visando melhorar as condições em que se encontram os adolescentes infratores foi dado com a divulgação do manifesto "Contra as condições de atendimento na Febem/SP e pela dignidade dos adolescentes infratores". No documento, que teve como principal razão as rebeliões ocorridas nos meses de setembro e outubro, as entidades avaliam que "as condições desumanas das unidades da Febem/SP não garantem que os adolescentes autores de ato infracional retornem ao convívio social como cidadãos plenos e conscientes de seus direitos e deveres".

Os grupos que assinam o manifesto argumentam que o momento é de urgente "implementação de um modelo de educação ao adolescente infrator, reconhecendo a responsabilidade pelos delitos que cometeram e pautado nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - condição para sua convivência na coletividade."

Manifesto contra as condições de atendimento na Febem SP, pela dignidade dos adolescentes infratores

As condições desumanizadoras das Unidades da Febem SP não garantem que os adolescentes autores de ato infracional retornem ao convívio social, como cidadãos plenos e conscientes de seus direitos e deveres. Pelo contrário, a humilhação e a crueldade fomentam o ódio e a reiteração das práticas de violência.

Por isso, a cidade de São Paulo está com medo dos adolescentes privados de liberdade na Febem SP. Eles estão fugindo e circulam - acuados e hostis - pelos espaços públicos. Esse clima de insegurança é acompanhado pela indignação dos cidadãos com os excessos e a promiscuidade do encarceramento a que esses adolescentes estão submetidos.

A gravidade deste momento não comporta a omissão dos adultos, de nenhuma instância da sociedade - família, escola, meios de comunicação, ONGs e Poder Público. Todos temos responsabilidades. Nesse sentido, defendemos a urgente implementação de um modelo de educação ao adolescente infrator, reconhecendo a responsabilidade pelos delitos que cometeram e pautado nos princípios do Estatuto da Criança e Adolescente - condição para a sua convivência na coletividade.

A tarefa de educar é particularmente desafiadora no caso de adolescentes com vivências de violência, como vítimas e como agressores.

Portanto, vimos defender que:

*A execução de privação da liberdade é responsabilidade do Poder Público. Só ao Estado é outorgado, pela sociedade, a prerrogativa de representar a coletividade no cerceamento da liberdade, valor humano fundamental a qualquer de seus membros.

*É inaceitável que o Estado delegue esse poder, através da terceirização de internatos, a qualquer segmento ou setor da sociedade.

*É preciso que o Estado adote modelos que efetivamente invistam no potencial transformador desses adolescentes. Na condição de pessoas em desenvolvimento, eles possuem recursos positivos que, se explorados num contexto emancipatório, podem lhes assegurar espaço de convivência e participação solidária na sociedade.

*É necessária a regulamentação de procedimentos legais e pedagógicos capazes de garantir a aplicação desses modelos sócioeducativos.

Conselho Regional de Psicologia de SP, CRP SP
Conselho Federal de Psicologia, CFP
Conselho Federal de Serviço Social, Cfess
Conselho Regional de Serviço Social de SP, Cress SP
Coord. do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, **ABMP**
Associação de Pais e Amigos do Adolescente em Risco, Apar
Instituto Latino-Americano das Nações Unidas - Ilanud
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Ibccrim
Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos DF/Brasilia, Inesc
Instituto Sedes Sapientiae
Sindicato dos Psicólogos de São Pauto, Sinpsi
Federação Brasileira de Psicodrama, Febrap
Faculdade de Psicologia da PUC SP
Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Criança e Adolescente, NCA - PUC SP
Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum DCA Secretariado Nacional: Associação Nacional do Centro de Defesa, Anced; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Abong; Apoio ao Menor Carente, Amencar.

Manifesto publicado em 03/10/99 nos jornais 0 Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo

O perdão das dívidas

Uma grande campanha mundial será desenvolvida ao longo do ano 2000 e o Conselho Federal de Psicologia estará participando ativamente. A campanha "Jubileu 2000", cujo tema principal é "Dignidade Humana e Paz", foi lançada pelo Papa João Paulo II e propõe o perdão da dívida dos 36 países mais pobres do mundo, sendo que o Brasil não está incluído nessa lista. Aqui, o "Jubileu 2000" recebeu o nome de "Por um Milênio sem Dívidas" e conta com o envolvimento de várias entidades sociais, Igreja, sindicatos e sociedade civil. Todas com o único objetivo de incluir o Brasil na lista dos países que terão a sua dívida externa perdoada pelos países mais ricos do planeta.

"O que os ricos farão será esperar que o Brasil seja incluído na lista dos 36 países mais pobres do mundo", critica o vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Marcos Ferreira, referindo-se à possibilidade de que o Brasil acabe se tornando um dos países mais miseráveis do mundo. "Para evitar isso defendemos o direito de o Brasil não pagar essa dívida que, por sinal, já foi paga pelo menos três vezes", complementa.

A sociedade está mobilizada. O dia 22 de abril de 2000, dia em que se celebrarão os 500 anos de descobrimento do Brasil, foi escolhido para ser o primeiro dia do plebiscito popular, quando os brasileiros poderão opinar sobre o pagamento da dívida externa. A previsão é que o pleito termine no dia 1° de maio, Dia do Trabalho. O plebiscito, além de mobilizar a população, pretende inseri-la em discussão ampla sobre a dívida externa.

Além da votação popular, meta principal do movimento, várias outras questões serão abordadas. As entidades que participarão da campanha pressionarão o Congresso para que seja institucionalizado um plebiscito oficial, onde a sociedade possa, sempre que achar conveniente, expressar-se sobre um assunto específico. Os participantes da campanha querem, também, que seja feita uma auditoria da dívida externa, como prevê a Constituição de 1998, por meio de acesso aos documentos sobre o endividamento brasileiro.

Os integrantes do movimento têm metas ousadas. Por meio da campanha, os participantes tentarão, ainda, estimular tribunais regionais e temáticos a julgar assuntos relativos à política de endividamento que venham a ser adotados pela equipe econômica.

O movimento tem mostrado força. Em junho deste ano, foi entregue em Colônia, na Alemanha, a carta do "Jubileu 2000 no Brasil" aos integrantes do G7, grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo. Na verdade, a carta era um abaixo-assinado que pedia a anulação da dívida externa.

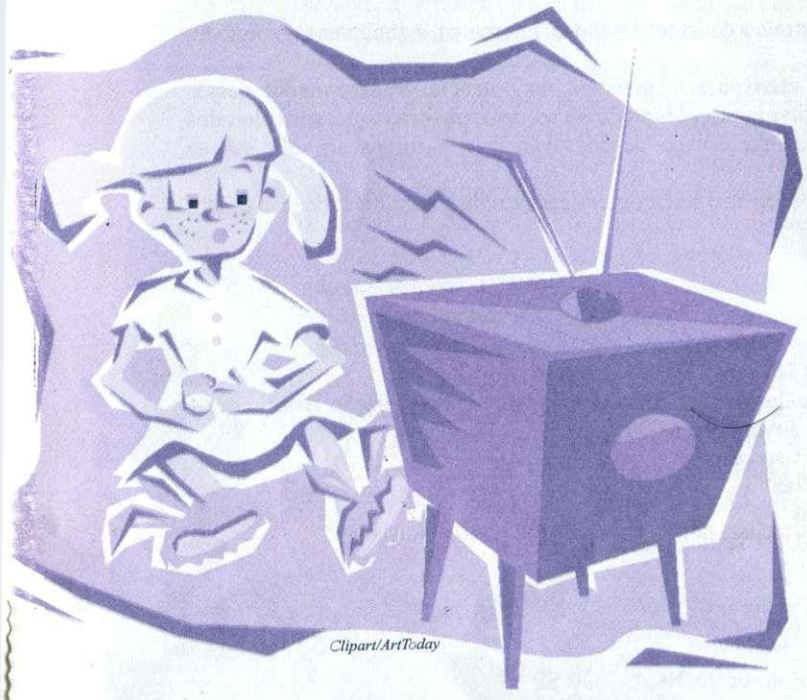
O texto não deixa dúvidas para interpretações. "A campanha dos abaixo-assinados (outros foram distribuídos em vários encontros no Brasil e América Latina) teve dupla intenção: expressar a solidariedade dos brasileiros com os países mais pobres do mundo, em particular os da África, e, ao mesmo tempo, retomar a situação do nosso próprio endividamento enquanto país de média renda por habitante e que apresenta uma alta incidência de desigualdade e pobreza", diz a carta entregue ao G7.

A campanha toma força. Conscientes de que a dívida externa do Brasil deve ser anulada, o próximo passo dos representantes do movimento será participar do lançamento da Campanha 2000 Latino-Americana em Honduras, que será realizada mês que vem.

Ciência & Ética

"Falta ética no campo social", diz Cristovam Buarque

Professor, ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-governador do Distrito Federal são alguns dos títulos acumulados ao longo dos anos por Cristovam Buarque. Autor de vários livros sobre ética, o educador Cristovam Buarque recebeu os jornalistas do Conselho Federal de Psicologia para falar sobre ética profissional. Cotado desde que comandava o



Clipart/ArtToday

governo do DF para disputar a indicação do Partido dos Trabalhadores (PT) e concorrer à Presidência da República em 2002, Cristovam defendeu a desospitalização de internos dos manicômio, uma das atividades que marcaram seu governo. "É preciso que haja um acompanhamento psicológico, mas os internos não precisam ser tratados como perigosos à sociedade", ressaltou. Pai de uma futura psicóloga, Cristovam Buarque falou ainda sobre a influência da TV na formação de crianças e jovens, e destacou uma das principais bandeiras do CFP e dos Conselhos Regionais - a desestruturação do atual sistema de manicômios judiciários.

Cristovam Buarque dedica-se hoje a uma gloriosa luta contra a pobreza. Fundou a ONG (Organização Não-Governamental) Missão Criança, com sede em Brasília, pela qual percorre o Brasil e outros países, difundindo que a solução para erradicar a pobreza começa com a atenção às crianças. Com sua equipe, presta assessoria a governos municipais, estaduais e estrangeiros na implantação do programa bolsa-escola, que garante salário fixo às famílias que mantêm suas crianças na escola.

Hoje, sete estados e 500 cidades brasileiras e países, como México e Equador, adotam a bolsa-escola inspirada na experiência conduzida pelo então governador Cristovam Buarque no Distrito Federal. Em meados de outubro, Cristovam Buarque se preparava para divulgar suas experiências na longínqua Tunísia. "É preciso criar uma mania de educação", afirma.

***CFP** - Um tema muito controverso é a influência da programação da TV na formação das crianças e jovens. Há correntes que defendem maior controle sobre as emissoras, especialmente quanto a cenas de sexo, violência etc. Qual sua opinião sobre o assunto, que é alvo de debates até mesmo no Congresso Nacional?*

Cristovam - A TV exerce influência na sociedade, assim como exercem o jornal, o livro, os filmes. Talvez a influência da TV possa ser considerada maior já que está na casa das pessoas no dia-a-dia, o número de pessoas que têm acesso a ela é maior (do que aos outros meios de comunicação). A TV pode até insuflar comportamentos violentos, mas só quando a violência está subterrânea na sociedade. É o caso da sociedade norte-americana. Há muita disputa, é uma sociedade individualista. Ela premia somente quem obtém êxito, as pessoas precisam aparecer para ter êxito. É um dos motivos de acontecerem tantos crimes bárbaros ultimamente (referindo-se aos assassinatos de crianças e adultos por franco-atiradores). Seus executores são pessoas que buscam fama a qualquer preço. No Brasil, a causa da violência é a pobreza. Morrem mais crianças de fome do que pessoas atingidas por balas de revólveres.

***CFP** - E como o senhor vê o fato de a legislação proibir anúncios na TV de cigarros e bebidas alcoólicas antes das 21h, mas a programação permitir atores e atrizes fumando e bebendo a qualquer hora?*

Cristovam - É um contra-senso na programação. A atriz aparece fumando para fazer merchandising daquele cigarro. É raro você ver um personagem lendo um bom livro, ver uma

Processos Éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 1.104/99 ORIGEM: CRP-08
ARQUIVAMENTO

EMENTA - Processo Ético-Profissional. Recurso de Apelação. Provimento do Recurso. Acolhimento da preliminar de prescrição.
I Considerando que o fato notificado data de 31/12/90, e que a denunciada somente foi citada para responder o Processo Ético em 14/08/98, dada a nulidade de julgamento do CRP-08 pela inexistência de tipificação, incide o art. 58, do Código de Processamento Disciplinar (prescrevem em cinco anos as infrações éticas praticadas pelos psicólogos, contados da data em que se tiver verificado o fato).
II - Apelação conhecida e provida.
DECISÃO (CRP): Advertência
DECISÃO (CFP): Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATORA:MARIA MARQUES RODRIGUES SÁTIRO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 403/99 - ORIGEM: CRP-07
ADVERTÊNCIA - CONFIDENCIAL (ART. 33, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR)

EMENTA - Processo Ético-Profissional. Recurso de Apelação. Provimento Parcial do Recurso. Incidência dos Arts. 1º, Alíneas "a", "c" e "f", 3º, Alíneas "a" e "c" e 4º, do Código de Ética dos Psicólogos. Reforma da decisão *a quo* de aplicação da pena de Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias para aplicação da pena de Advertência.
I - Comete delito ético-profissional o psicólogo que não zela para que o exercício profissional seja efetuado com a máxima dignidade, e que deixa de recusar e denunciar situações em que o indivíduo esteja correndo risco ou o exercício profissional esteja sendo vilipendiado.
II - Apelação conhecida e parcialmente provida
PENA (CRP): Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias
DECISÃO (CFP): Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 19/11/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATORA: MARTA ELIZABETH DE SOUZA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 008/98 - ORIGEM: CRP-07
ADVERTÊNCIA - CONFIDENCIAL (ART. 33, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR)

EMENTA - Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação. Incidência do art. 01, letra "c", do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Limites da atividade profissional.
I - Comete delito ético o psicólogo que, na condição de representante de Centro Educacional ou de educador, emite documento, mesmo que a título de "declaração", sobre comportamento de menor posto ao seu cuidado, com o fim de instruir processo judicial de separação, apresentando juízo de valor sobre as relações do menor com seus pais, sem a utilização de instrumentos adequados de avaliação, em benefício explícito de uma das partes.
II - Apelação conhecida e improvida
PENA (CRP): Advertência
DECISÃO (CFP): Mantida
DATA DO JULGAMENTO: 01/10/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATORA:ROSA MARIA BENEDETTI ALBANEZI

cena numa biblioteca. Personagens que são bons alunos não obtêm êxito e são caricatos, ao contrário do que acontece se o personagem é um surfista.

CFP - Mas o que pode ser feito quanto a isso?

Cristovam - Acredito que poderiam criar uma certificação do tipo ISO 9000 para a TV, do ponto de vista da contribuição para a cidadania. Receberiam o certificado as emissoras que mais incentivassem as atividades culturais e dessem mínimo espaço ou nenhum para divulgar violência, venenos, etc. A adoção de um código de ética para as TVs só funcionaria sob coação. Por exemplo: no chamado horário nobre, pelo menos uma hora de programação deveria ser dedicada à divulgação cultural, promovida e custeada pela iniciativa privada. Uma comissão acompanharia a obediência a essa regra e imporia sanções às emissoras que a descumprissem. As punições poderiam ser medidas em tempo de TV.

CFP - E os demais veículos de comunicação?

Cristovam - Vale para todos. Os jornais e revistas, por exemplo, eu os vejo como instrumentos de ensino à distância. Fiz experiência nesse sentido quando era reitor da Universidade de Brasília (UnB) com o Correio Braziliense (jornal do Distrito Federal). É possível reservar espaço nos jornais e revistas para publicar textos educativos sobre matérias como História do Brasil, Geografia e até noções de Matemática. Acho que até um percentual dos outdoors espalhados pelas cidades poderia divulgar informações educativas. Os meios de comunicação, dessa forma, seriam instrumentos para se criar na sociedade uma mania de educação.

***CFP** - Esse tipo de mudança de conceito é algo que o Conselho Federal de Psicologia e todos os Conselhos Regionais a ele ligados pregam em relação aos manicômios judiciários. Os Conselhos propõem uma revolução no atual sistema de atendimento aos que precisam se submeter a tratamento psicológico por força de lei. Quando foi governador do Distrito Federal, sua administração seguiu rumo similar em relação ao internamento de pacientes portadores de transtornos mentais. Como foi a experiência?*

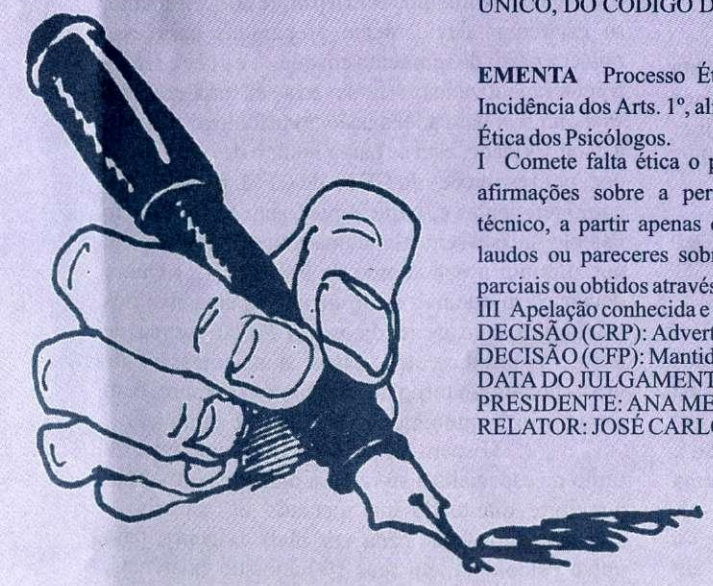
Cristovam - Conheço a campanha do Conselho em relação aos manicômios judiciários e, no nosso governo - fazendo um paralelo em relação à campanha do CFP - a idéia era tratar o doente como gente e não como ameaça à sociedade. Os usuários do sistema de tratamento adotado pelo nosso governo passavam o dia nos centros de tratamento, conversavam, faziam diversas atividades e depois voltavam para suas casas. Se você olhar para os hospitais psiquiátricos, os pacientes recebem um tratamento que seria destinado a verdadeiras ameaças. Há casos em que alguns doentes precisam de cuidados especiais, mas são exceções. Não vale para o geral. E há, também, os casos em que as famílias optam pelo internamento para se livrarem do problema.

***CFP** - Outra preocupação do Conselho Federal de Psicologia é estimular os psicólogos a seguirem os preceitos éticos da profissão. O senhor elaborou trabalhos sobre o assunto Ética. Em sua opinião, como a ética está inserida na sociedade?*

Cristovam - A ética ficou, infelizmente, presa ao comportamento, ao perfil de cada um. Então temos a ética do político, a ética dos psicólogos, a ética dos médicos, a ética dos jornalistas e assim por diante. Mas não se levou a ética ao campo social. O comportamento muitas vezes condenável vem, justamente, da falta de ética no campo social. Veja os orçamentos de estados, municípios e do governo federal como são montados sem qualquer compromisso ético com a sociedade, com os contribuintes. E não é só porque tem influência direta de empreiteiro (na formulação do orçamento) que inclui a construção de sede de um TRT (Tribunal Regional do Trabalho) para obter recursos públicos sem nem acabar a obra. O orçamento ético tem que começar com a criança, atender suas necessidades básicas. É preciso levar em conta quanto custa para matricular todas as crianças nas escolas; quanto custa para eliminar a pobreza no país. Depois se calcula o quanto se vai gastar com o restante.

***CFP** - E qual o papel dos psicólogos nesse compromisso com a ética social?*

Cristovam - É uma categoria fundamental para isso mas prefiro não arriscar um palpite direcionado especificamente aos psicólogos. Ainda mais que tenho uma filha que vai se formar, logo, logo em psicologia (risos).



PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 991/99 ORIGEM: CRP-12
ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL (ART. 33, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR)

EMENTA Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação. Incidência dos Arts. 1º, alínea "a", 2º, alínea "m", e 47, do Código de Ética dos Psicólogos.
I Comete falta ética o psicólogo que produz diagnóstico ou faz afirmações sobre a personalidade de pessoas, em documento técnico, a partir apenas de informações de terceiros; que produz laudos ou pareceres sobre situação específica, a partir de dados parciais ou obtidos através de instrumentos não válidos.
III Apelação conhecida e improvida
DECISÃO (CRP): Advertência
DECISÃO (CFP): Mantida
DATA DO JULGAMENTO: 19/11/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATOR: JOSÉ CARLOS TOURINHO E SILVA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 002/98 ORIGEM: CRP-12
RETORNO DOS AUTOS AO REGIONAL PARA ABERTURA DO PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

EMENTA Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação contra decisão de arquivamento do Regional. Procedência. Retorno dos autos para abertura do competente processo. Apresentação de Embargos de Declaração. Não Conhecimento.
I Diante da existência de indícios de conduta anti-ética, deve o Regional aprofundar a denúncia formulada através do competente Processo Ético-Profissional.
II Contra decisão do CFP não cabe Embargos de Declaração. A uma, porque não é admissível o recurso dessa natureza em face de apreciação a recurso de processo de natureza ético-profissional. A duas, porque não é aplicável subsidiariamente à espécie o procedimento previsto nos arts. 535 e seguintes, do CPC, porquanto a decisão do Conselho Federal de Psicologia, em sede recursal, é terminativa.
III Apelação conhecida e provida
DECISÃO (CRP): Arquivamento
DECISÃO (CFP): Determinação de retorno dos autos ao CRP-12 para abertura do Processo Ético-Profissional
DATA DO JULGAMENTO: 20/11/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATORA: MARTA ELIZABETH DE SOUZA

Mercado & Profissão

CFP quer mais participação para debater especialidades

Psicólogos e entidades de classe podem contribuir para a discussão nacional da regulamentação das especialidades em Psicologia.

Avança a passos lentos a discussão nacional sobre a regulamentação das especialidades em Psicologia. O assunto poderia estar em fase mais adiantada, mas falta maior participação ativa de entidades representativas dos psicólogos e dos próprios profissionais. "Temos recebido contribuições importantes, especialmente de todos os Conselhos Regionais, mas ainda são poucas as entidades e psicólogos que nos procuram para fornecer idéias e debater a questão. É preciso que toda a classe tenha consciência da importância vital da especialização para nossa profissão", diz Wanda Maria Junqueira Aguiar. Conselheira do CRP 06 (SP), Wanda integra o Grupo de Trabalho de Especialidades, formado para estudar a regulamentação das especialidades.

A última reunião do Grupo ocorreu no final de outubro, durante a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, em Campinas (SP). Ficou definido que serão colocadas ao Conselho Federal de Psicologia duas propostas: 1) que o CFP crie o registro de especialista e liste as especialidades que poderão ser registradas. Esta proposta conta, por enquanto, com a preferência da maioria dos Conselhos Regionais; 2) que o CFP atue junto às instituições responsáveis pelos cursos de especialização de modo a estimulá-los a oferecer a melhor qualidade possível em termos de formação.

Segundo a conselheira do CRP 06, o Grupo de Trabalho está discutindo, também, a ampliação dos debates durante todo o ano que vem. "Estabelecemos o mês de dezembro de 2.000 como prazo final para a conclusão da análise sobre as especialidades", informa Wanda Aguiar. "Continuaremos à disposição de todos os psicólogos e entidades representativas para receber sugestões e debater todas as questões relacionadas ao assunto. Basta enviá-las para os Conselhos Regionais", acrescenta.

COLABORAÇÕES

O Federal transcreve (resumidamente) duas importantes colaborações enviadas ao Grupo de Trabalho de Especialidades, uma dos Conselhos Regionais da Região Sul (CRPs 07, 08 e 12) e outra do psicólogo José Antônio de Oliveira, da cidade de Lins (SP). O CFP espera que os leitores do Federal façam o mesmo...

Os CRPs do Sul escreveram as seguintes sugestões:

I. SUGESTÕES PARA A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO:

1.Sugerimos que cada Conselho organize uma Comissão de Registro de Especialistas e Núcleos Formadores, com vigência de três anos, composta de dois membros efetivos e um suplente, especialistas formadores de cada área de atuação ou abordagem, registrada no CRP.

2. A Comissão teria como funções:

Análise e parecer dos currículos das entidades e formadores autônomos a serem cadastrados; orientação a especialistas e núcleos formadores, com relação ao Registro na especialidade; Análise e parecer dos pedidos de Registro de Especialista; Análise e parecer dos casos que não se enquadram nos documentos publicados; Solicitação de reunião com o grupo de especialistas e/ou Núcleos Formadores, registrados em um CRP.

II. SUGESTÕES PARA O REGISTRO DE PSICÓLOGO ESPECIALISTA:

1.O Psicólogo, que desejar requerer o registro de Psicólogo Especialista, deveria:

Estar regularmente inscrito num CRP e exercendo comprovadamente a profissão há mais de três anos, atestado por três especialistas da área; comprovar aprovação por entidade cadastrada no CRP; apresentar Certificado de Conclusão do Curso de Formação com carga horária mínima de 360 horas.

2.Somente seriam apreciados pela Comissão de Registro de Especialistas e Núcleos Formadores os cursos feitos no Exterior e/ou devidamente reconhecidos pelo MEC.

3.Disposições Transitórias: no prazo máximo de 180 dias, contados a partir do 30º dia da data da vigência da portaria e resoluções, poderia requerer o registro de psicólogo especialista todo aquele que pertencer à jurisdição da solicitação do registro; estar registrado num CRP há mais de 5 anos.

III. SUGESTÕES PARA O CADASTRO DOS NÚCLEOS FORMADORES:

1.O Núcleo Formador de Psicólogo Especialista deveria contar com um Psicólogo Responsável pela formação (coordenador e/ou supervisor) com Registro de Psicólogo Especialista, e ter mais de cinco anos de exercício profissional na especialidade, confirmado por três especialistas da área.

2.Os Núcleos Formadores de psicólogo Especialista deveriam organizar Serviços de Atendimento à comunidade carente, orientados e dirigidos pelos Professores do Curso.

3.Os Núcleos Formadores de Psicólogo Especialista teriam que manter disponível aos alunos os recursos de informações necessários para garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos aprendidos em aula.

O psicólogo José Antônio de Oliveira (CRP 06/55.774-5) enviou as seguintes sugestões:

Com o fim de dar minha contribuição aos estudos em andamento, escrevo meus pontos de vista a respeito desse assunto que não deveria ser polêmico ou controvertido, mas que o está sendo. Colocarei minhas proposições conforme esquema de reflexão desenvolvido pelo Conselho.

Saber da conveniência ou não da regulamentação do titulo de especialista em Psicologia implica em saber em que isto prejudicaria o exercício profissional. Ora, sabemos que a simples formação acadêmica não é suficiente para uma habilitação profissional adequada. Quantos de nós (talvez todos?) não tivemos (ou temos) que frequentar um curso extracurricular para continuar nossa formação e nos atualizarmos? E quantos partiram para estudar uma área mais específica do viver humano? Com isso temos terapeuta familiar, terapeuta de casal, psicólogo infantil, escolar, organizacional etc. Isto não seria devido a necessidades mercadológicas?

Num mundo globalizado é necessário conhecer tudo, mas é impossível saber tudo, especialmente no que diz respeito ao ser humano. Acredito que o título de especialista dará um diferencial e um instrumental específico de trabalho terapêutico, sem contudo, suprir a necessidade de um conhecimento mais amplo da pessoa, projetando o profissional como alguém que não interrompeu sua formação (...)

(...)Neste momento teço duas críticas-sugestões: primeira, que fosse exigido de todo formando em Psicologia sua análise pessoal; segunda, que a prerrogativa em ser "terapeuta" fosse exclusiva do psicólogo. Justifico minhas colocações: se lidamos com a psique do ser humano, só estaremos devidamente preparados para esse mister a partir do momento em que estivermos psicoterapeutizados; esta deveria ser uma *conditio sine qua non* para a formação do psicólogo. Quanto à exclusividade, esta se pauta no fato de os médicos que, por resoluções do CFP e do CFM, podem atuar como terapeutas e, o que é pior, sem formação em Psicologia, isto sem falar numa concorrência desleal que diminui nosso campo de trabalho. (...) Quero deixar claro que não estou incitando uma rixa dos psicólogos com os médicos.(...) Prego, acima de tudo, a união entre estas duas classes de profissionais em torno de um objetivo comum; bem o contrário do que temos vivenciado até agora.(...)

(...) Espero que esta discussão em torno do título de especialista sirva para unir-nos, tornando-nos forte diante de um mercado de trabalho e assistencial à saúde cada vez mais exigente, para que a Psicologia, em seus 100 anos de existência, possa entrar o 3º milênio como o diferencial a modificar e tomar o viver humano pleno de vida.

Um ano de compromisso social

O Conselho Federal de Psicologia tem muito para registrar neste ano. Os projetos realizados foram muitos. Entre eles, destacam-se a Memória da Psicologia Brasileira, que coletou gravações de entrevistas de profissionais que contribuíram para o setor no país, o lançamento do Index Psi, base de dados que reuniu periódicos de Psicologia. Além disso, o CFP participou ativamente de várias campanhas sociais, como do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, quando os integrantes do Conselho participaram da luta por meio de fóruns e de debates e também deu total apoio ao projeto de lei que propõe o fim dos manicômios.

Os movimentos sociais e a preocupação em zelar pela qualidade dos serviços dos profissionais de Psicologia prestados à sociedade estiveram em pauta no CFP durante todo o ano. Os integrantes do Conselho não se eximiram em nenhum momento de estar ao lado de legítimos movimentos sociais. Prova disso, é que, sob a nova gestão do CFP, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia esteve sempre presente em ações que desencadeassem em projetos de sociais.

É imprescindível registrar também o I Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito. Realizado em Brasília nos dias 12 e 13 de novembro, 48 delegados representando os Conselhos Regionais debateram, entre outros pontos, como a Psicologia pode melhorar a qualidade do trânsito, assunto que atraiu a imprensa nacional ao encontro, o que comprovou como a Psicologia pode e deve integrar projetos que melhorem a qualidade de vida do cidadão.

Para o ano 2000, o CFP continuará integrado em várias questões sociais. Já em março de 2000, a nova gestão do Conselho Federal de Psicologia organizará o II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos em Brasília. A missão do CFP é integrar-se cada vez mais à sociedade.

RETROSPECTIVA 1999

● MOVIMENTO NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL
Parceria com o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, por meio da participação em todos os fóruns e apoio incondicional ao projeto de lei que propõe o fim dos manicômios no país, já em tramitação no Congresso Nacional.

● MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA
Acervo de imagens da memória da Psicologia brasileira, por meio de gravação de entrevistas com profissionais que contribuíram para a estruturação da área no país.

● REFERENCIAÇÃO DE PERIÓDICOS DE PSICOLOGIA
Criação de bases de dados sobre a produção da área de Psicologia no Brasil, com a indexação do conjunto de títulos de
Brasil.

Participação nos[illegible]IA ON LINE

● PRÊMIO MONOGRÁFICO
O CFP incentivou estudantes e psicólogos com vários prêmios para quem apresentou as melhores monografias. Neste ano, o destaque foi o prêmio Helena Antipoff e recebeu o título *Psicologia e Compromisso Social, Educação Inclusiva: desafios, limites e perspectivas.*

● I CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA
Entre os dias 27 e 30 de maio, a cidade de Salvador sediou o I Congresso Norte Nordeste de Psicologia. Mais de 1.500 psicólogos e estudantes de 23 estados brasileiros, além de profissionais dos Estados Unidos, Canadá, Ucrânia, Alemanha e vários países da América Latina participaram do evento.

● VII CONGRESSO BASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA
Com a coordenação da presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ana Bock, ocorreu no Rio de Janeiro de 26 a 29 de maio, um dos mais importantes eventos do ano, o VII Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. O objetivo foi elaborar uma resolução com recomendações aos psicólogos que lidam com a orientação sexual de seus clientes.

● FESTA NACIONAL DOS PSICÓLOGOS
No dia 27 de agosto, das 9h às 12h, foi transmitido via satélite do auditório da Embratel, em Brasília, a Festa Nacional do Dia dos Psicólogos por meio de um pool de emissoras de TV a cabo aos CRPs. O evento multimída foi interativo e teve grande participação de psicólogos, presidentes dos Regionais, integrantes da diretoria do Conselho Federal que apresentaram depoimentos e vídeos.

● PREMIAÇÃO DO PSICOLOGIA *ON LINE*
O destaque do mês de agosto foi a conquista do CFP do Prêmio de Melhor Site de Ciências do Mês dado pela Starmedia, braço da Internet brasileira que também é proprietária das buscas Cadê? e Zeek! O site do CFP foi considerado "excepcional" pelos especialistas da Starmedia.

● CRIAÇÃO DO INDEX PSI
O CFP lançou a primeira base de dados site que reúne os periódicos de Psicologia do Brasil. Com o Index Psi, estudantes, psicólogos e pesquisadores têm acesso on line aos mais importantes periódicos do setor no país.

● I FÓRUM NACIONAL DE PSICOLOGIA DO TRÂNSITO
O evento, que contou com a participação de 48 delegados eleitos nos fóruns regionais, apresentou nos dias 12 e 13 de novembro em Brasília subsídios para o delineamento de uma política estratégica para o setor. O Fórum foi assunto na imprensa nacional e causou grande debate na sociedade.

● PREMIAÇÃO
O Conselho Federal de Psicologia recebe o "Prêmio Pi" criado pelo Instituto Philippe Pinel. O prêmio é dado às instituições que mais se destacaram nas transformações da assistência em saúde mental no Brasil.

● IV ENCONTRO TEMÁTICO DOS PSICÓLOGOS DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS
A última atividade da qual o CFP participou. Nela, o Conselho reafirmou o compromisso dos psicólogos para evitar a exclusão social na América Latina. O IV Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul e Países Associados foi realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro em Porto Alegre (RS). Além de integrantes do CFP, participaram psicólogos de toda América Latina.

CFP e CRPs convidam psicólogos a apresentarem trabalhos

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia estão organizando a I Mostra de Práticas em Psicologia, cujo tema é : "Profissão e Compromisso Social". O evento ocorrerá na cidade de São Paulo, provavelmente no mês de agosto. O grande objetivo da Mostra é criar um espaço para trocar experiências e divulgar trabalhos profissionais desenvolvidos por psicólogos comprometidos com as questões sociais.

Os psicólogos que desenvolvam atividades relacionadas ao tema desse evento estão convidados a participar. Os interessados devem enviar seus trabalhos para o Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (CRP6), no seguinte endereço: Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, CEP 05410-020, São Paulo/SP. Os trabalhos serão apreciados por uma comissão, que definirá quais serão apresentados na Mostra. Informações detalhadas estarão oportuna-

Clipart/FrintMaster

PARTICIPE DO SORTEIO DO *VIA VOICE* DA IBM

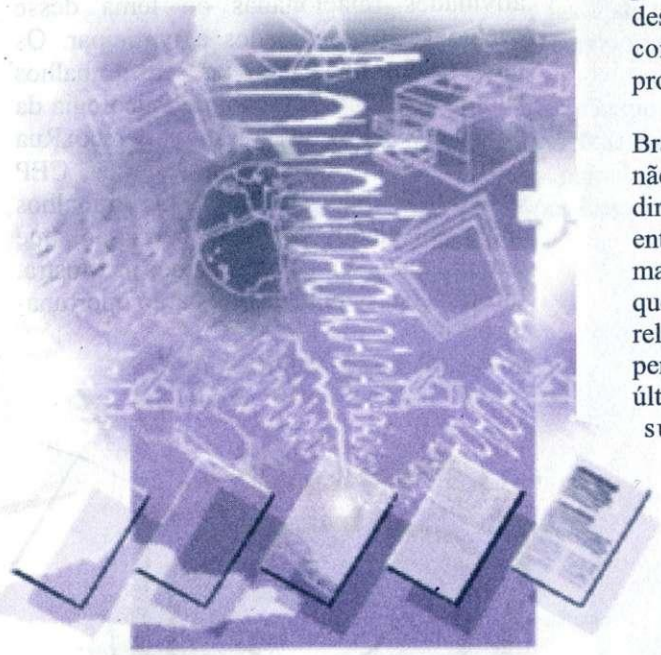
O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lança esse mês campanha para aumentar o número de endereços eletrônicos (e-mails) de psicólogos cadastrados no Conselho. A campanha sorteará software da IBM de reconhecimento de voz adaptado para o português, o *Via Voice Millenium Edition,* entre os psicólogos que indicarem três e-mails de profissionais da área para o CFP.

O sorteio será realizado na sexta-feira de Carnaval, dia 4 de março de 2.000. O objetivo do CFP é ter cadastrado em seus arquivos e-mails de, pelo menos, 10% da categoria. O *Via Voice Millenium Edition é o* mais novo lançamento da IBM e causará uma revolução na forma de interagir com computador ao substituir o teclado e o mouse por comandos de voz. **Participe!**

Formação

Diretrizes curriculares apontam novos rumos para o ensino de Psicologia

O atual currículo mínimo para o ensino de Psicologia será substituído por diretrizes curriculares, acompanhando a nova concepção de currículo para cursos superiores indicada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). A principal mudança prevista para o ensino de Psicologia é quanto à estrutura, que deixaria de ter formação única para diferenciar o curso em três perfis: bacharel em Psicologia,



professor de Psicologia e psicólogo. Estas e outras novidades estão no projeto de resolução que regulamenta as diretrizes curriculares para o curso de graduação em Psicologia. O documento foi apresentado ao Ministério da Educação pela Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia, em outubro passado. A íntegra do documento está disponível na Internet. O endereço da página é :

www.psicologia-online.org.br/abep/agenda.html

Segundo a coordenadora desta Comissão, Maria Angela G. Feitosa, "definida a estrutura geral, estabeleceram-se limites e possibilidades para que as instituições configurem o seu projeto de curso de acordo com condições institucionais e regionais". No entanto, os cursos podem diferenciar-se em cada perfil oferecido ao fazerem escolhas quanto a ênfases, competências e habilidades específicas. O documento aponta, ainda, as condições indispensáveis para a viabilização do projeto do curso, como as atividades acadêmicas, incluindo os estágios supervisionados, as características de infra-estrutura especializada, compreendendo o serviço de Psicologia, e a carga horária mínima para cada perfil previsto. Foram definidas, também, a oferta dos perfis de formação e as ênfases curriculares previstas para a formação do psicólogo, permitindo que cada curso adapte suas condições institucionais às demandas da comunidade na qual se insere.

A Comissão de Especialistas espera que esse conjunto de decisões propicie a formação de cidadãos capazes de atuarem dentro de padrões profissionais elevados e de participarem ativa e inovadoramente do desenvolvimento da Psicologia como área de conhecimento científico e como prática profissional no Brasil.

No entender da Abep (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), apesar de não atender à totalidade de seus anseios, as diretrizes curriculares avançam ao contemplar, entre princípios e compromissos para a formação em Psicologia, uma preocupação com as questões contemporâneas, sobretudo aquelas relacionadas à realidade social do país, numa perspectiva de exercício da cidadania. Em sua última versão, avançam também em relação à superação de algumas contradições, principalmente quanto ao esclarecimento sobre os perfis de formação. Preocupada com o tema, a Abep está convocando todos os segmentos interessados para discutirem amplamente a proposta de diretrizes curriculares e encaminhar possíveis sugestões ao governo, antes da decisão final sobre a oficialização do documento.

"Entendemos que a consideração dos princípios norteadores do planejamento do Curso de Psicologia conduz a uma estruturação do mesmo que exigiu, para sua operacionalização, a configuração em um núcleo comum, do qual se diferenciam os perfis, e ênfases curriculares", declara Alysson Massote Carvalho, presidente da Abep. Porém, ele aponta importantes questões que a Abep considera merecedoras de grande atenção. A referência às ênfases curriculares, por exemplo, dirige-se fundamentalmente ao capítulo V, sobre a formação do psicólogo. Mas ao apresentar o documento, a Comissão de Especialistas coloca a possibilidade de os cursos diferenciarem-se em cada perfil oferecido, quanto a ênfases, competências e habilidades.

Outro ponto polêmico, segundo a Abep, é o núcleo comum, referido no capítulo II, que garantiria o alcance dos conhecimentos teóricos e técnicos, com uma formação generalista e pluralista. Além disso, o desdobramento em ênfases curriculares permitiria, conforme referido no capítulo V, o aprofundamento em algum domínio do conhecimento e atuação profissional. "Nossa preocupação, na medida em que consideramos essa macro estrutura, dirige-se à extensão da referência a ênfases curriculares, aos capítulos III e IV, que se voltam para a descrição da formação do Bacharel e do Professor", diz Alysson.

A Abep está muito preocupada com a regulamentação profissional, principalmente porque a presente proposta poderia ter implicações que não diriam respeito unicamente ao âmbito do MEC, responsável pelo planejamento e implementação de curso. Mas diriam respeito, também, ao âmbito da regulamentação das relações de trabalho, de domínio do Ministério do Trabalho. Considerando os antecedentes em relação à construção das Diretrizes Curriculares, no que se refere à pretensão de que o diploma saísse com a especificação da área privilegiada de estágio durante a Formação, Alysson alerta para a necessidade de que todos fiquem muito atentos.

Projetando a eventual implementação da proposta apresentada pela Comissão de Especialistas, a Abep aponta os três principais desafios lançados pelas Diretrizes Curriculares:

1.definição da vocação do curso: a flexibilização da proposta exigirá das Instituições de Ensino Superior um posicionamento sobre perfis e ênfases;

2.definição do profissional a ser formado, que pressupõe a articulação entre o profissional pretendido e a estrutura proposta;

3.promoção da integração entre conhecimento e atuação: a articulação teórico-prática implica profundo compromisso da instituição na criação de mecanismos que possibilitem esse alcance, com qualidade.

ABEP INFORMA

"O objetivo básico da Abep é solidificar-se como a instância articuladora nacional para as questões de ensino em Psicologia, através de uma constante busca de aglutinação de parcerias com as mais diversas entidades."

CONVOCAÇÃO

A Abep (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), a partir dos encaminhamentos feitos na XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, realizada em Campinas (SP), na última semana de outubro, está dando início a um amplo processo de discussão sobre a implementação das novas diretrizes curriculares para o ensino de Psicologia.

Nesse sentido, a Abep convoca a todos os segmentos envolvidos, agências formadoras, fórum de entidades, sociedades científicas, conselhos regionais, sindicatos e representações estudantis para participarem desse processo.

Em breve, a Abep estará fazendo contato sobre as formas de engajamento nessa articulação.

Todas as informações estarão disponíveis na Internet. A página da Abep é a seguinte: www.psicologia-online.org.br/abep/agenda.html

Alysson Massote Carvalho
Presidente da Abep

Formação

Provão ou verificação?

**Ana Bock*

No dia 11 de junho do ano 2000, alunos dos cursos de Psicologia de todo o país estarão fazendo, pela primeira vez, o provão.

Alguns aspectos importantes devem ser considerados para uma análise crítica do provão: primeiro, é preciso lembrar que é um retrocesso na concepção de avaliação, na medida em que traz de volta visões tradicionais, já superadas por tendências mais progressistas e atuais da pedagogia. A concepção de avaliação pelo produto foi superada pela idéia de avaliação permanente do processo educacional como um todo.

Avaliar nossas escolas deve significar acompanhar seu trabalho a partir de objetivos e procedimentos definidos pela instituição, considerando as condições que lhes são dadas, a inserção que têm na sociedade na qual interesses estão em jogo e normas políticas definidas pelo Estado interferem no cotidiano escolar. Neste sentido, o provão não é uma avaliação. É um processo de verificação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação está em perfeita consonância com esta perspectiva, ao incentivar e possibilitar a livre iniciativa e concorrência no setor educacional à imagem e semelhança das empresas. As escolas podem oferecer o produto que desejarem e vendê-lo da forma como considerarem mais adequado. Mas como o Estado não abriu mão de seu papel de controle da qualidade da formação de sua população (ou melhor, de sua mão-de-obra), coloca-se como verificador da qualidade deste produto, por meio do provão.

Neste sentido, podemos até defender que os resultados do provão possam ser utilizados pelas escolas, pelo Ministério da Educação e pelas entidades interessadas na questão da formação, mas não se pode pensar que uma avaliação está sendo feita. É preciso compreender o provão como uma verificação.

Um outro aspecto é a indústria de cursos pré-provão que vão surgindo por aí. Ora, se era a intenção verificar o resultado, não há porque considerar estranho que escolas possam fazer um trabalho desqualificado e salvar-se no final pelo reforço trazido pelos cursinhos pré-provão. Afinal o que importa é o resultado!

Cabe ainda um outro elemento importante, conseqüência do provão. Corremos o risco de retomarmos uma concepção de educação como um trabalho que visa fixar na memória dos alunos informações importantes e necessárias para sua vida e seu trabalho. Provar que aprendeu significa ter memorizado as informações, podendo reproduzí-las em uma prova final. O trabalho educacional será reforçado como um trabalho de depositar informações na memória dos alunos. Que pena que isto esteja acontecendo no país de Paulo Freire, que combateu a educação bancária com todas as suas forças!

Outro aspecto que vale a pena trazer para a análise é o da responsabilidade que o Estado, que faz a verificação por meio do provão, está se colocando, no sentido de apresentar condições para que os problemas apontados sejam sanados. Parece-nos que se está culpabilizando alunos e professores, retirando qualquer responsabilidade das políticas educacionais adotadas pelo Governo e, neste sentido, nenhuma medida será tomada. Apenas se verifica e, se não há cumprimento de um mínimo de qualidade, se pune. O Estado e suas políticas ficam isentos de qualquer responsabilidade. Aliás, estas políticas não passam pelo provão, porque o provão é a política. Quem verifica o Estado?

Para ir finalizando esta pequena reflexão sobre o provão da Psicologia, gostaria ainda de apontar um dos aspectos que devem preocupar professores, alunos, gestores de escolas e entidades da profissão. Temos uma ciência e uma profissão feitas por nós, psicólogos, no decorrer da história. Muitas tendências têm caracterizado a Psicologia em seus espaços acadêmico-científico e profissional. Orgulhamos-nos da diversidade que temos tido e procuramos lidar com ela de forma construtiva e aberta ao diálogo. No entanto, quando uma destas tendências se torna dominante, porque é ela que está expressa no provão, corremos um enorme risco das escolas reforçarem esta determinada tendência em seus currículos. Este risco é aumentado, quando da verificação feita depende, de certo modo, a sobrevivência da escola.

Que Psicologia estará sendo reforçada pelo provão que aí vem?

Seja ela qual for, já podemos apontar um prejuízo: a tendência à homogeneização da Psicologia. Nossa diversidade poderá estar sendo lamentavelmente negada. A diversidade é a riqueza de uma ciência e temos reconhecido isto procurando espaços de debate franco, democrático, inclusive, no qual a diversidade esteja colocada com clareza e o debate se faça de modo produtivo e estimulador. Mas o provão poderá vir como um rolo compressor, que pelos interesses comerciais que esconde, fortalece, sem discussão ampla, uma ou outra tendência na Psicologia.

Com isto, estamos querendo alertar para a interferência que o provão faz na história da Psicologia, como ciência e profissão. É preciso que estejamos atentos para isto e, aqueles que serão chamados a opinar e avaliar o provão, deverão fazer esta tarefa considerando esta necessidade de respondermos que Psicologia o provão veio reforçar.

Nossa ciência e nossa profissão avançaram nestes últimos anos na direção de um conhecimento e uma prática comprometidos com a realidade social de nosso país. Temos buscado com firmeza construir uma Psicologia com compromisso social. Será que o provão poderá de alguma forma reforçar esta busca?

Acreditamos que temos, hoje, um espaço adequado para que este debate seja feito: a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia). É nele que poderemos, unidos pela vontade de continuar a interferir no futuro de nossa profissão, realizar a análise crítica necessária. Provem e verifiquem. Nós continuaremos querendo avaliar. Avaliaremos nossa formação, como temos feito há anos. E, ao avaliarmos, estaremos apreciando também o papel do provão no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Ana Bock
Diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e presidente do Conselho Federal de Psicologia, gestão 98/2001

Formandos podem exercer profissão com atestado de colação de grau

Para não prejudicar os profissionais recém-formados que semestralmente deixam as escolas de Psicologia apenas com o atestado de colação de grau e que, além de precisar, querem exercer a profissão, o Conselho Federal de Psicologia pediu ao Ministério da Educação uma lista confiável das instituições de ensino que oferecem cursos de Psicologia reconhecidos e autorizados pelo MEC no país. O objetivo é garantir aos recém-formados o direito de exercer a profissão apenas com o atestado de colação de grau, até que o diploma seja emitido pela faculdade. Segundo o diretor tesoureiro do CFP, psicólogo José Carlos Tourinho, com a lista do Ministério da Educação, o CFP saberá quais instituições têm garantias de emitir o diploma.

"O que ocorre hoje é que não sabemos quais instituições irão realmente emitir o diploma. Por isso, pedimos esta lista ao Ministério da Educação. É uma forma de garantir que a instituição pela qual o psicólogo se forma é autorizada pelo MEC", explica Tourinho. Hoje, há cerca de 160 cursos de Psicologia no Brasil, que formam, em média, 9.600 alunos por ano. "Há uma proliferação de cursos no país", comenta o conselheiro. "Vamos inscrever no CFP apenas os recém-formados em instituições que constarem na lista emitida pelo MEC", afirma.

O Conselho não é contra a inscrição no CFP de recém-formados que apresentem o atestado de colação de grau, mas tem que se resguardar de instituições que não são credenciadas no Ministério da Educação. "Nem sempre é possível à faculdade que conta com a chancela do MEC emitir o diploma assim que o aluno se forma. Para evitar que ele seja prejudicado, o CFP aceita a inscrição até a emissão do diploma pela instituição de ensino", diz.

Segundo Tourinho, o Ministério da Educação já tinha levantado para o CFP uma lista de instituições que ministram o curso de Psicologia. "Mas era cheia de lacunas. Não listava as instituições com detalhes. Em alguns casos não mostravam quais documentos foram utilizados para autorizar o funcionamento do curso", afirma.

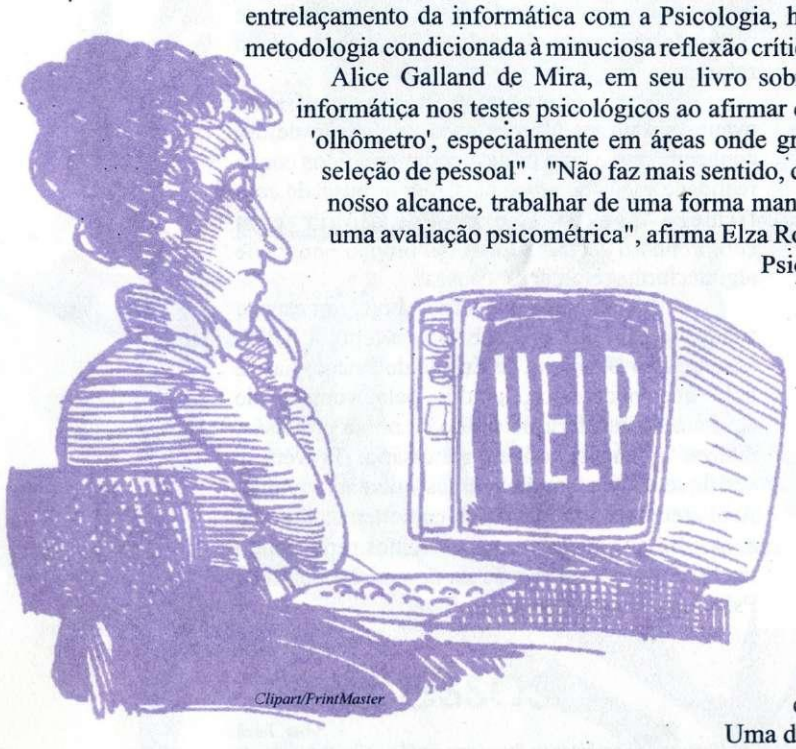
Nós e a Informática

Os prós e contras dos testes informatizados

Psicologia busca melhor maneira de usar a tecnologia para auxiliar os psicólogos na elaboração de laudos

Cresce no Brasil a discussão sobre a informatização de testes psicológicos, assim como a polêmica em torno deles. Embora tecnologia seja a palavra de ordem nessas últimas quatro décadas, o impacto das transformações tecnológicas vem gerando novos comportamentos e efeitos. A Psicologia tem buscado acompanhar estas mudanças e já nos anos cinqüenta utilizou-se da informática para corrigir aplicações de testes em leitoras de cartão IBM, como no clássico exemplo do MMPI, um dos mais conhecidos testes de personalidade. Mas a polêmica entre os psicólogos reside numa questão essencial: quais, entre tantos testes, podem ser aplicados com eficácia por meio da informática?

Muitos psicólogos parecem sentir uma certa resistência ao uso das máquinas. O fato de os programas trabalharem internamente (usam tabelas e executam cálculos sem o acompanhamento direto da pessoa) pode representar uma sensação de insegurança, na medida em que o trabalho em execução não é fisicamente acompanhado. A literatura brasileira sobre o uso dos microcomputadores na prática da Psicologia é bastante escassa e ainda é grande o desconhecimento da categoria em relação aos avanços que outros países realizaram nesta área. As exceções são encontradas no ambiente acadêmico, empresarial e em alguns centros de pesquisas. Mas, mesmo entre os psicólogos com maior nível de informação sobre o entrelaçamento da informática com a Psicologia, há muitos que se preocupam em absorver esta nova metodologia condicionada à minuciosa reflexão crítica.



Clipart/FrintMaster

Alice Galland de Mira, em seu livro sobre o teste PMK, reforça a importância do uso da informática nos testes psicológicos ao afirmar que "o atual procedimento manual conduz ao uso do 'olhômetro', especialmente em áreas onde grande quantidade de testes são realizados, como na seleção de pessoal". "Não faz mais sentido, com os recursos modernos que a informática coloca a nosso alcance, trabalhar de uma forma manual e quase artesanal com instrumentos que exigem uma avaliação psicométrica", afirma Elza Rocha Pinto, professora assistente do Departamento de Psicometria do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este Instituto está iniciando um amplo projeto de informatização dos principais testes utilizados e/ou ensinados no Rio de Janeiro, nos cursos de graduação em Psicologia, que sejam passíveis de se transformarem em softwares". Entretanto, a professora se diz preocupada com os testes de personalidade, cujo problema não está exatamente na construção dos softwares, mas na eficácia dos programas. "Para que tais softwares possam ser considerados válidos, é fundamental realizar pesquisas para sua validação, já que de nada adiantará a velocidade de um programa se os resultados ficarem sob suspeita", conclui Elza.

Uma das empresas que comercializam programas de testes psicológicos é a Expertise Projetiva Assessores Ltda, cuja responsável é a psicóloga Myrta Glauche Jaroszewski. O endereço na Internet é *www.projetiva.com.br* , onde é possível encontrar bancos de dados em geral e softwares para Psicologia e assessoria em recursos humanos. Os testes disponíveis são Bender, Figura Humana, Grafológico, HTP, Lüscher, Palográfico, Pfister, Rorschach, Wartegg, Wartegg (segundo Marian Kinget) e Zulliger. "Ao lançar nossos programas para testes projetivos, contemplando os 11 mais comumente utilizados no Brasil, levamos em consideração, principalmente, a possibilidade de eliminar o desgaste do psicólogo quanto às operações manuais de consulta bibliográfica e compilação correta das interpretações", explica Myrta. Ela faz questão de ressaltar que o trabalho de redação do laudo ou parecer não pertence ao computador e continua a ser da competência do psicólogo avaliador, e conclui que "a informática é um meio para alcançar maior qualidade e produtividade, não para fazer um trabalho que continua sendo de nossa exclusiva competência".

Na opinião do psicólogo João Carlos Alchieri, professor da Unisinos (RS) e membro da Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica, as empresas que comercializam testes informatizados são editoras de testes psicológicos ou empresas de informática dirigidas por psicólogos, resguardando desta forma o artigo 35 do código de ética quanto aos instrumentos de avaliação. Mas ele salienta que muitos instrumentos ainda têm informações incompletas em seus manuais, com graves erros de ortografia e, principalmente, respaldadas em pesquisas precárias quanto às normas técnicas exigidas. "Teimosamente esses testes permanecem comercializados sem serem modificados ou mesmo atualizados, ao longo de décadas, levando ao descrédito do material e de quem dele se vale", afirma Alchieri. Em relação à prática profissional, ele afirma que, "mais do que utilizar os avanços da tecnologia para realizar as atividades cotidianas cada vez melhor, é imperativo que o psicólogo possa estar informado e em constante aperfeiçoamento sobre suas técnicas".

Internautas

O site da Psicologia Brasileira na Internet www.psicologia-online.org.br está de cara nova, mais funcional, leve e prático para a facilitar a navegação. O que antes era dividido em três sites agora foi condensado em uma única home page contendo todos os assuntos e destaques. O CFP também está organizando sua mala direta eletrônica para enviar notícias e convites para palestras on line. Quer fazer parte desse seleto público que receberá estas mensagens? Então envie e-mail para federal@rudah.com.br informando profissão (ou estudante), atuação e interesse. Outra grande investida deste site é a participação no IBEST'2000, o Oscar da Internet Brasileira. Participe da votação e indique Psicologia On Line como o melhor site da categoria "Associações Profissionais". Para votar acesse www.ibest.com.br/prevotacao/login.asp

Olha a novidade aí, gente! Já está no ar a base de dados "Index Psi" de Periódicos de Psicologia: www.psicologia-online.org.br/index_psi.html , onde você vai encontrar o maior sistema de referenciação dos periódicos da área de Psicologia no Brasil. Desenvolvido em ambiente DOS, utilizando o sotware Micro CDS/ISIS versão 3.07 na interface WWWISIS, abrange diferentes tipos de trabalho, como artigos de periódico, comunicação científica, cartas, trabalhos apresentados em congressos, mesas redondas, artigos de revisões, palestras, depoimentos, entrevistas e comentários de artigos. Visite e pesquise à vontade!

Quer saber tudo sobre o III Congresso de Psicoterapias Cognitivas Latino-Americanas, que acontecerá no Uruguai? Então visite www.congresos.psic-uruguay.org/psicoterapia-cognitiva/

O Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná tem um site com valiosas informações sobre crianças, com enfoque no desenvolvimento, educação e cidadania, inclusive com um boletim mensal de seu Projeto Criança. Vale a pena conhecer members.xoom.com/pcdec

O Jornal Mineiro de Psiquiatria nº 10 já está disponível. Confira em www.jornaldepsiquiatria.com.br

A revista Catharsis está comemorando seu quinto aniversário. Dê uma passada por www.revistapsicologia.com.br e veja como assinar a revista e concorrer ao sorteio de 130 livros.

Mais uma revista de psicologia está na Internet. Chama-se Rubedo e é feita por um grupo junguiano do Rio de Janeiro, mas não apresenta apenas artigos junguianos. Psicanálise, artes, cultura, filosofia e literatura são alguns dos outros assuntos tratados nesta revista. Há também grupos de discussão e um chat para discutir temas on-line. Está curioso? Então visite www.rubedo.psc.br

Outra opção de revista on-line é a RedePsi www.redepsi.com.br. Além de fazer várias promoções culturais, a revista presta vários serviços aos profissionais de psicologia. Confira.

Se você está interessado em participar de uma lista de discussão sobre o existencialismo, entre no endereço www.onelist.com/subscribe/existencialismo . A lista foi criada para o intercâmbio de informações sobre psicoterapia existencial e filosofia. Dela participam profissionais e estudantes de psicologia, psiquiatria e filosofia que trabalham ou tenham interesse na abordagem existencial.

Já está publicada a nova página da Lista Racial! um espaço aberto a contribuições. Entre as várias atrações, a home page apresenta interessantes arquivos de fotos e textos, além das biografias de Martin Luther King, Zumbi dos Palmares, Nelson Mandela e Castro Alves. Dê uma olhada em www.racial.cjb.net

Será que somos todos iguais? Pense um pouco e visite a página www.inclusao.com.br . Trata-se de um site criado especialmente para tratar do tema educação inclusiva, com o intuito de despertar o interesse do público infantil, de uma forma lúdica e interativa, para a reflexão sobre nossos sentimentos, semelhanças e diferenças para conhecer e entender um pouco sobre cada deficiência. Confira e mande sua opinião.

CFP Representa o Brasil na articulação da psicologia no Mercosul

Países do Mercosul se comprometem a estender a habilitação profissional exigida por um psicólogo a todo o Bloco, de modo a faciliar o livre exercício da profissão

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e entidades classistas dos demais países que, como o Brasil, compõem o Mercosul, intensificam as discussões sobre a integração dos profissionais no Bloco. Princípios éticos, regulamentação da profissão de psicólogo e a formação dos psicólogos são os temas abordados com mais freqüência nos debates das entidades.

Para a presidente do CFP, Ana Bock, o avanço da Psicologia na América Latina passa pela articulação das entidades da área. "Temos investido fortemente nesta articulação que deve ser de todas a entidades, associações científicas, sindicais, profissionais, estudantis e cursos de Psicologia. Buscamos o desenvolvimento de uma Psicologia que esteja colada à realidade e às necessidades dos povos da América Latina", afirma.

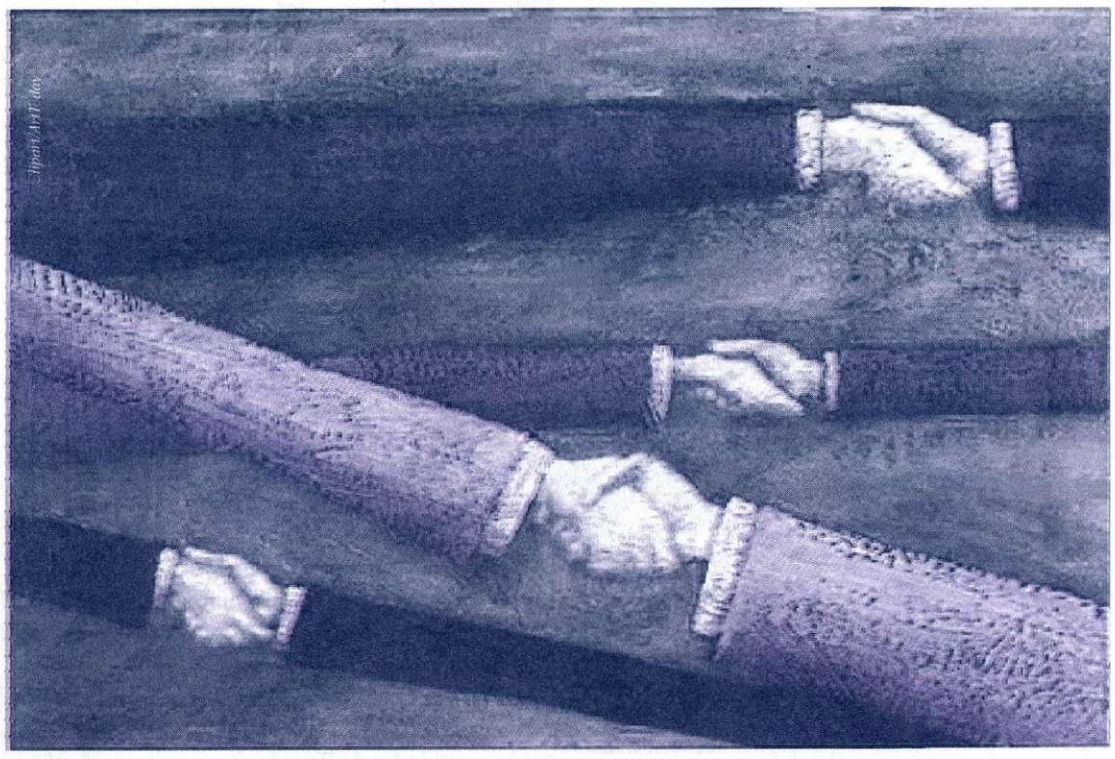
A importância do CFP participar das discussões a nível de Bloco justifica-se, já que a velocidade com que caminha o acordo global em torno dos compromissos assumidos pelos países-membros exige a presença de setores da ciência no estabelecimento de caminhos da integração.

Desde 1994, psicólogos e entidades nacionais do Mercosul têm organizado encontros com o objetivo de integrar as várias entidades de classe presentes nos países que compõem o bloco. Em 1997, foi assinado em Montividéo o Protocolo-Marco do Acordo, que trata dos aspectos legais do exercício da profissão para os psicólogos residentes nos países do Mercosul.

"O protocolo assinado por representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai refere-se aos aspectos legais que serão aplicados durante a presença ou permanência de trabalho de um psicólogo vindo de um país-membro", explica o psicólogo uruguaio Humberto Giachello, coordenador da articulação de entidades latino-americanas de Psicologia.

Segundo Giachello, cada signatário do acordo comprometeu-se a estender a habilitação profissional exigida por um psicólogo a todos os países do Mercosul. "Desta forma seria facilitado o livre exercício da profissão", destaca Giachello. Em setembro deste ano ficou acertado no IX Encontro Integrador, em Buenos Aires (Argentina), uma explanação dos acordos de livre trânsito de profissionais psicólogos às eventuais especializações profissionais. "Como há diferentes processos de reconhecimento e habilitação das especialidades em Psicologia nos países do Mercosul, o intercâmbio ficaria complicado em vez de facilitá-lo", acredita o psicólogo.

O código de ética será um dos destaques dos protocolos assinados. Esses documentos serão centrados nos Princípios Éticos para o Exercício Profissional dos Psicólogos no Mercosul e Países Associados e no Princípio para Formação de Psicólogos nos Países do Mercosul. "Nos documentos destacam-se os princípios éticos que irão reger o trabalho do psicólogo e as regras que



devem cumprir os centros de formação universitária em Psicologia", detalha Giachello.

Para Giachello, a integração política dos documentos protocolares firmados faz parte de um conjunto coerente de definições que possibilitarão o livre trânsito de um psicólogo que tenha cumprido, em seu curso universitário,as exigências mínimas comuns. "O psicólogo deve desenvolver sua atividade de acordo com os princípios éticos da profissão. Ao desenvolver seu trabalho em um outro país deve fazê-lo sob uma proteção e cumprindo as obrigações das distintas entidades profissionais dos países assinantes. Acreditamos que este conjunto de acordos cumpre com a dupla função de proteger o usuário e o profissional envolvidos", frisa.

Humberto Giachello destaca o apoio do CFP no processo de articulação. "A força que o CFP do Brasil tem dado ao novo movimento articulador é grande. Prova disso foi a importante presença de representantes de entidades brasileiras em Buenos Aires", elogia.

Giachello comenta, ainda, sobre o número de entidades interessadas no intercâmbio. "Hoje, há várias instituições interessadas em integrar a lista inicial de signatários e se planeja a formação de um banco de dados reunindo a rica produção de psicólogos da América Latina", enumera o psicólogo, sem esconder o entusiasmo.

A entrevista concedida ao Jornal do Federal pelo psicólogo Giachello foi feita três semanas antes do IV Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul e países associados, previsto para acontecer em Porto Alegre entre 09 e 11 de dezembro. "Nesse encontro deverão surgir novas incorporações e propostas que enriquecerão a articulação da Psicologia na América Latina", previu Giachello.

Fique LEGAL
Fique em dia com a PSICOLOGIA

Economia & Balanço

Fique legal! Fique em dia com a Psicologia!

Esclarecer a importância do recolhimento da anuidade por parte dos psicólogos aos Conselhos Regionais de Psicologia e, assim, estimular o pagamento desse tributo, é o principal objetivo de campanha nacional que o CFP e os Regionais começam este mês. A divulgação será feita por meio deste jornal, da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, cartazes e folders. A próxima anuidade poderá ser paga até 31 de março de 2.000 aos Conselhos Regionais.

Por meio da campanha, os Conselhos de Psicologia também pretendem chamar a atenção dos profissionais de Psicologia que, porventura, estiverem em atraso com anuidades anteriores. O atraso ou a falta de pagamento pode acarretar que parcelada em três vezes, com vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro e 31 de março.

A lei no. 4.119 estabelece que todo psicólogo deve se inscrever no Conselho de Psicologia para exercer a profissão. Essa inscrição significa estar sob orientação e fiscalização de uma entidade que recebe do Estado a responsabilidade de zelar pela qualidade do serviço prestado à sociedade pelos psicólogos.

O papel dos Conselhos tem se tornado um tema em debate nos últimos tempos. Tem ficado cada vez mais claro, nessas discussões, que o Conselho é uma entidade que faz a mediação entre a sociedade e a profissão. Seu papel é defender a qualidade do exercício profissional.

Mesmo assim, muitos profissionais acreditam, erroneamente, que a anuidade paga pelos psicólogos aos Conselhos é como uma taxa de adesão a uma entidade para a obtenção de benefícios e proteção. A anuidade paga pela categoria é um imposto, previsto em lei. Também é obrigatório para o exercício legal da profissão.

Transparência

Se é um tributo e é obrigatório, torna-se direito do psicólogo conhecer e escolher a forma como sua entidade deve empregar o dinheiro recolhido, no sentido de melhor cumprir sua função social. Quando os psicólogos vão às urnas escolher uma direção para os Conselhos Regionais e Federal estão, na verdade, decidindo indiretamente sobre o uso dessas verbas. Tornar transparentes as contas das entidades, em assembléias e nos meios de comunicação é, e tem sido assim realizado, tarefa obrigatória das direções. A atual gestão do CFP tem como uma das metas principais mostrar com clareza a forma como são empregados os recursos das anuidades. "Os psicólogos têm esse direito e devem cobrar informações do CFP e dos seus Regionais sobre como está sendo utilizado o dinheiro de suas anuidades", lembra Ana Bock.

"A campanha que o Conselho está lançando vai facilitar aos psicólogos a compreensão do caráter tributário dessa anuidade e divulgar com transparência as atividades do CFP no cumprimento de suas funções como autarquia", esclarece a presidente do CFP. "Os psicólogos precisam saber que as contas de seus Conselhos estão sob vigilância do Estado, por meio do controle feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e neste sentido, está também limitado, por lei, o uso destas verbas", destaca. A vigilância do TCU pode, inclusive, atentar para o fato de os Conselhos estarem ou não cobrando de forma eficaz esse tributo.

Destinação

Conselhos Regionais. Os Conselhos aplicam suas receitas em atividades de interesse da categoria e na manutenção da infra-estrutura de suas sedes.

Merecem ser citadas algumas das atividades realizadas e previstas para o próximo período: a instalação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e das Comissões Regionais; ciclos de debates sobre temas polêmicos da profissão, como o *Ciclo de Debates sobre Laudos Psicológicos*; a *I Mostra de Práticas em Psicologia* a ser realizada pelo conjunto dos Conselhos em agosto de 2000; Fóruns para definir estratégias de intervenção em diferentes campos da profissão, como o *I Fórum Nacional de Psicologia do Trânsito*, *Fórum de Políticas Públicas*, o *Fórum de Avaliação Psicológica*, estes dois últimos a serem realizados em 2000; a comemoração nacional do *Dia do Psicólogo*, que tem reunido milhares de psicólogos e estudantes em todo o país; projetos de resgate da história da Psicologia, como o da *Memória da Psicologia Brasileira* e a publicação das séries *Pioneiros da Psicologia* e *Clássicos da Psicologia*; projetos de apoio a entidades de Psicologia e a construção do *Index Psi* para informar aos psicólogos o que foi publicado nos periódicos de Psicologia; a *Revista Psicologia: Ciência e Profissão* que é hoje referência nacional para a categoria; os jornais que todos os Regionais e o Federal mantêm para colocar os psicólogos a par de questões centrais da sociedade e da profissão; além da participação dos Conselhos nos Movimento Sociais, como a *Luta Antimanicomial*, o movimento contra o trabalho infantil, em favor da escola pública e outros.

Entretanto, para que os Conselhos continuem a desenvolver suas atividades voltadas para o fortalecimento da profissão, no sentido de uma inserção mais qualificada e compromissada com as necessidades da sociedade, é preciso apoio dos psicólogos. Este apoio envolve acompanhamento, participação e cumprimento de suas obrigações em relação ao tributo anual.

Psicologia de Qualidade

"Todo tributo recolhido é remetido à melhoria da qualidade dos serviços prestados no exercício da profissão", frisa a presidente do CFP. Investir em qualidade é palavra de ordem na atual gestão do Conselho. "Com a campanha, vamos mostrar que os recursos arrecadados com a anuidade são aplicados em ações corretas e fundamentais para desenvolver e zelar pela profissão", endossa Tourinho, tesoureiro do CFP.

O diretor tesoureiro diz que não cabe ao Conselho qualquer possibilidade de conceder isenção no pagamento da anuidade, já que não é contribuição voluntária, como as que são feitas a clubes e associações. É contribuição parafiscal, obrigatória. Todos os psicólogos que se inscrevem nos Conselhos Regionais são quem não paga a anuidade são as mesmas previstas para condutas anti-éticas. Pela Lei, o não pagamento equivale a uma forma de exercício ilegal da profissão.

Por isso também os Conselhos informam: os profissionais que estiverem, porventura, desempregados ou não estiverem exercendo a profissão, devem procurar os Regionais e solicitar a suspensão temporária de suas inscrições e não apenas deixar de pagar a anuidade sem comunicar aos Regionais. O mesmo deve ser feito por aqueles que têm anuidades em atraso.

O boleto de pagamento do ano 2000 deverá estar chegando à residência dos psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais nos próximos dias. Para mais informações é só procurar os Regionais.

Entre no ano 2000 em Dia com a Psicologia! Fique Legal!

De olho nas datas

- *Pagamento da anuidade aos Conselhos de Psicologia pode ser feito à vista até 31 de março ou parcelado em três vezes, com vencimentos em 31/01, 28/02 e 31/03 de 2.000;*
- *Anuidade em dia é condição para exercício legal da profissão;*
- *Psicólogos que não estejam atuando, ou que trabalhem em outras áreas, ou que farão viagem de longa duração devem comunicar aos Regionais para suspender as inscrições e evitar dívidas;*
- *Anuidades em atraso devem ser negociadas com os Conselhos Regionais. Devedores podem sofrer as mesmas penas previstas para condutas antié-ticas.*

Atividades Científicas 2000

MARÇO

Curso de Especialização em Infância, Adolescência e Política Social
Instituição: Departamento de Psicologia e de Educação do CEUC/UFMS
Março Corumbá/MS
Tel.: (67) 231-6619
231-6877 Ramal 49

V Congreso Iberoamericano de Psicología de la Salud -
Instituição: Asociación Colombiana para el Avance de las Ciencias del Comportamiento - (ABA)
Março - Cartagena de Indias Colômbia
Tel./Fax: 6167235
wlopez@latino.net.co
www.aepc.ieanet.com

First Internacional Conference on Science in Autism Treatment
Instituição: Association For Science in Autism Treatment (ASAT)
09 e 10 de Março
Nova Iorque
Tel: 412-469-7600
Fax: 412-469-7601
asat@autism-treatment.org

Curso - Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma
Instituição: Instituto Sedes Sapientiae
23 de Março - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3873-2314
sedes@sedes.org.br

I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT - As interfaces entre o Direito, a Psicologia e as Ciências Sociais
Instituição: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
30 de Março a 02 de Abril
Brasília/DF - Tel.: (61) 224-9077 - Fax: (61) 226-2159
intermedium@brasilia.com.br

ABRIL MAIO

V Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional V (CONPE)
Instituição: UNIVALI
Campus I 14 a 18 de abril
Itajaí -SC Tel: (47) 341-7679
Fax: (47) 341-7601
vconpe@mbox1.univali.rct-sc.br

II Encontro de Psicologia Humanista do Interior Paulista
20 a 23 de Abril
Campinas
Tel.:(19)2527656
eventos@correionet.com.br

II Congresso Brasileiro e V Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais
Instituição: Centro Reichiano de Psicoterapia Corporal
Instituto Reichiano de Psicologia Clínica - 29 de Abril a 01 de Maio
Curitiba/PR
Tel./Fax: (41) 263-4895
centroreichiano@softall.com.br

II Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e Outros Métodos Projetivos
03 a 06 de Maio Faculdade de Psicologia PUCRS
Tel.: (51) 9985-2230
Tel./Fax: (51) 320-3633
vaz@pucrs.br

JUNHO AGOSTO JULHO SETEMBRO

Congresso Mundial de Bioética
20 - 24 de Junho
Gijón - Espanha
Tel: +34 985 17 60 06
Fax: +34 985 17 55 07
www.bioetica.sibi.org

II Congresso Latino Americano de Psicologia Junguiana
Instituição: Soc. Bras. Psicologia Analítica Fundación C. G. Jung Del Uruguay - Assoc. Junguiana do Brasil
21 a 24 de Junho
Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 286-5924 266-4942
havastours.brazil@pobox.com.br

III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural
Instituição: Faculdade de Educação, UNICAMP
16 a 20 de Julho São Paulo/SP
Tel.: (19) 788-5588
Fax: (19) 788-5565
br2000@obelix.unicamp.br

Seminário Íbero-Americano de Adolescência
Instituição: Associação Brasileira e a Associação Mineira de Adolescência (ASBRA e AMA)
10 a 13 de Agosto
Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 223-0301

XXX Congreso de la Asociacion Europea de Terapia Cognitivo Comportamental
26 - 28 de Setembro
Granada - Espanha
Tel.: 34-958-522606
Fax: 34-958-521937
aepc@platon.ugr.es

Livros

JOGAR É PRECISO: Jogos Espontâneo-Criativos para Famílias e Grupos / Maria Eneida F. Holzmann - ArtMed, Porto Alegre, 1998 - Tel.: (51) 330-3444.

DA CONTRACULTURA À MENOPAUSA: Vivências e Mitos da Passagem / Selma Ciornai - Oficina de Textos, São Paulo, 1999 - Tel.: (11) 284-1741

PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES E EDUCAÇÃO ESPECIAL
Editora da Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL), 1999 - E-mail: educesp@uel.br
home-page: www.uel.br/cpg

TREM DE DOIDO: O Direito Penal e Psiquiatria de Mãos Dadas - Una Editora, Minas Gerais, 1999, E-mail: henrique@uma.br - Telefone: (31) 274-6969. Autor: Virgílio Mattos

A ESCRITA DA CLÍNICA: Psicanálise com Criança - Autêntica Editora, Minas Gerais. Autora: Tânia Ferreira. PABX: (31) 481-4860

Periódicos

PSICOLOGIA ARGUMENTO - Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Ano XVII Nº XXV - Outubro - 1999 -
Tel.: (41) 330-1515 - E-mail: pucci@rla01.pucpr.br

METHODUS - Revista Científica e Cultural da Universidade Estácio de Sá - M. 1 V. 11 (Ago/Dez. 1998)

MOMENTO - Revista do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento - Vol. 11 - Fundação Universidade do Rio Grande - 1998 - Tel.: (053) 23011400 Ramal 113

BOLETIM DE PSICOLOGIA - Sociedade de Psicologia de São Paulo - Vol. XLVIII, Nº 108, Jan/Jun 1998 - www.psycheletric.org/spsp

CADERNOS DE PSICOLOGIA - Sociedade Brasileira de Psicologia - Nº 1 - Ribeirão Preto - 1997 - Tel.: (16) 625-9366 - E-mail: sbp@netsite.com.br

PSICO-USF - Revista Semestral da Área de Psicologia da Universidade São Francisco - Vol. 3 Nº 2 - Jul./Dez. 1998 - Tel.: (11) 7844-8443 -
E-mail: usfbib@eu.ansp.br

CADERNOS DE METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA - Revista Anual de Metodologia de Pesquisa / Universidade Estadual de Maringá - V. 5 - Suplemento Psicologia, Maringá, 1994

TEMAS EM PSICOLOGIA - Processos Básicos e Procedimentos de Ensino-Aprendizagem - Sociedade Brasileira de Psicologia - Editora Átomo & Alínea - Número 1 - 1997 - Tel.: (16) 625-9366 - Fax: (16) 636-8206

TEMAS EM PSICOLOGIA - Processos Sociais e Desenvolvimento - Sociedade Brasileira de Psicologia - Editora Átomo & Alínea - Número 3 - 1997 - Tel.: (016) 625-9366 - Fax: (16) 636-8206

Revista

CATHARSIS - Revista de Psicologia - Ano 5 Nº 27 - Setembro/Outubro, São Paulo, 1999 - Tel.: (11) 884-0320 - E-mail: catarsis@uol.com.br

Diversos

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS EM PSICOLOGIA,
Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia, São Paulo, V. 27, N. 4, Jul./Ago., 1999 - Tel.: (11) 818-4392 -
E-mail: bibip@edu.usp.br

Jornal do FEDERAL

10 7 JAN 2000

Lautrec

1/100 - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - CRP-06
RUA ARRUDA ALVIM, Nº 89
SAO PAULO
05410-020 - SP
JAROIM AMÉRICA

Um Tanto de Mulher

Sangra a sangria que perde a cor
Rubra cor da tenra idade
Crítica que critica o desbotar

Para além dos sons
pensamentos pecaminosos
fazem a carne estremecer

Vadiagem algoz, lúcida, trépida
Vasta vertigem do tempo
que encarna a juventude

Nas margens plácidas da vida alheia
escreve-se, transcreve-se
e volta a repetir

Fala, atua, compactua
Bebe-se da mesma taça
Badala o sino

Balada da sina de ser mulher
Mãe que ensina e assina
enquanto embala com o canto de menina

Passa o que passou
o que marcou, viveu,
entreviu e não esqueceu de passar

O que passou passou
Ciclo de morte
Tempo contado, morte do desejo

Por vezes sobrevive
embora com sofreguidão
Mas é uma questão de tempo
ou do tempo que era criança

Ciclo de vida
Paixão do ser, ignorância
Desejo

Alcionis Ennes de Oliveira Nascimento
Psicanalista da Pestalozzi - CRP 05/RJ
alcionis@urbi.com.br>

Aos psicólogos poetas artistas, fotógrafos, e delirantes: mandem o seu ensaio estético para Linguagens. E-mail:ascom@rudah.com.br

sandrac@mps.com.br

22.12.99
DH